

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Futuros (in)certos

Trajectos de transição para a vida adulta de jovens do Concelho de Loures

Cláudia Mateus Marques

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Educação e Sociedade

Orientador:

Prof. Doutor Fernando Luís Machado

Setembro, 2008

Índice

Introdução	2
1. Novas formas de (In)dependência	
1.1 Sobre o conceito de <i>juventude</i> e a influência da classe social de origem nos percursos de transição para a vida adulta.....	5
1.2 Formas de transição para a vida adulta em Portugal	
1.2.1 Escola.....	11
1.2.2 Emprego.....	13
1.2.3 Família.....	16
2. Modelo de análise	
2.1 Conceptualização de uma tipologia de transição para a vida adulta.....	24
2.2 Dimensões.....	32
3. Dispositivo metodológico - instrumentos de observação e recolha de informação	
Métodos e técnicas.....	35
Construção da amostra.....	37
Condições de aplicação.....	38
As entrevistas.....	40
4. Análise dos dados	
4.1 Os entrevistados e os seus trajectos de transição para a vida adulta.....	42
4.2 Classe social e percursos escolares – intersecções objectivas.....	55
4.3 Descontinuidades no mercado de trabalho.....	65
4.4 Desenhos de autonomia e projectos para constituição de uma nova família.....	75
4.5 Futuros em aberto.....	81
5. Considerações finais	84
6. Bibliografia	95

Introdução

Esta pesquisa pretende reconstituir os cenários onde emergem as práticas e representações sociais de jovens do concelho de Loures, procurando conhecer os seus percursos de transição para a vida adulta.

O emprego constitui-se, indiscutivelmente, como o elemento fundamental em todas as formas de transição para a condição adulta.

Nas gerações anteriores, a “juventude” era, para muitos actores, um tempo marcado pelo exercício de uma actividade remunerada, que correspondia ao início de uma carreira profissional duradoura. A entrada na vida adulta remetia para o final do percurso educativo, com o início de uma actividade profissional, coincidente com a saída de casa dos pais e com a constituição de uma nova família. Estes são, de facto, os quatro principais acontecimentos em qualquer processo de transição para a vida adulta. Hoje em dia, porém, poderão não se suceder por esta ordem.

As sociedades actuais valorizam as competências escolares formais e, perante mercados económicos mais competitivos, as dificuldades sentidas pelos jovens, no domínio do emprego, são redimensionadas: são confrontados com situações contratuais precárias, com formas de trabalho pautadas pela flexibilização e desregulação nos horários, estatutos, rendimentos e tarefas. Naturalmente que estes constrangimentos se reflectem no modo como se tornam adultos. Mesmo alguns jovens, com qualificações superiores ou intermédias, não conseguem integrar as suas áreas de formação, circulando entre trabalhos precários, mal-remunerados e experiências de desemprego.

Desta forma, em virtude das imprevisibilidades do mercado de trabalho, também os momentos transicionais de qualquer trajectória juvenil são afectados. Os jovens podem ter que ir alternando entre períodos de independência e dependência económica, relativamente aos pais. Decorrentemente, também as suas perspectivas em relação ao casamento, a um novo ciclo familiar e à maternidade/paternidade, são outras. Num leque vasto de possibilidades, são muitos os jovens que optam pelo campo dos consumos, das sociabilidades e dos lazeres, ou somente no âmbito da realização profissional, em detrimento de uma orientação para os valores familiares.

Este trabalho propõe uma análise do fenómeno da transição para a vida adulta. Neste âmbito, pretendemos desconstruir as configurações que este processo assume nas trajectórias de jovens do concelho de Loures. Compreender a forma como estes perspectivam as suas vidas ao nível escolar, profissional e familiar, e que expectativas apresentam quanto ao futuro, constitui o objectivo desta tese.

Estruturalmente, na primeira parte desta pesquisa, é proposta uma reflexão sobre o conceito de “transição para a vida adulta”. Esta construção teórica inicia-se com a definição de “juventude”, recorrendo aos argumentos que o explicam em função da idade, e os que o justificam mediante a condição social de pertença. Recorre-se, igualmente, aos contributos que explicam a representatividade da classe social de origem nos percursos de transição para a condição adulta. Por último, considerando que, para compreender as formas de transição para a vida adulta, é necessário abordar as trajectórias escolares, profissionais e familiares, são referidas algumas das teorias existentes sobre as práticas juvenis nestas dimensões.

Num segundo momento, são explicitadas as dimensões de análise que sustentam a construção empírica, e conceptualizados sete diferentes tipos de transição para a vida adulta. São, igualmente, explicadas a metodologia aplicada, a construção da amostra e as condições de aplicação dos instrumentos de pesquisa, num terceiro ponto do trabalho.

Na última parte, apresentam-se os dados recolhidos através do dispositivo metodológico utilizado. São sistematizadas as principais características do percurso de cada entrevistado e, em função das suas origens sociais, trajectórias familiares, escolares e profissionais, é reconhecido o tipo de transição para a vida adulta. Após esta análise “horizontal” dos dados empíricos, procede-se à sua apreciação “vertical”. Estes percursos juvenis são interpretados segundo os níveis de escolaridade, as experiências profissionais e as intenções quanto à constituição de um novo ciclo familiar.

1. Novas formas de (In)dependência

Nas sociedades contemporâneas, em particular no universo juvenil, a escola, a família e o trabalho assumem-se como unidades de referência, contextos privilegiados de aprendizagem social, instâncias incontornáveis de qualquer trajetória social e de socialização (Ferreira, 2006; Guerreiro e Pegado *cit.* Alves, 2006: 68).

Actualmente, verificam-se profundas transformações socioeconómicas que se reflectem em novos desenvolvimentos sectoriais da economia e novas formas de mobilidade profissional (Pais, 2003; Ferreira, 2006; Guerreiro e Abrantes, 2007), indiscutivelmente associadas a processos de reestruturação da escola e seus «sentidos» (Abrantes, 2003). Paralelamente a estas transformações, observam-se modificações no domínio das formas sociais, familiares e individuais da vida quotidiana, bem como dos sistemas de valores que lhes dão sentido. Neste contexto, é pertinente questionar-se de que modo se articulam estas transformações socioeconómicas com as atitudes, valores e comportamentos que ilustram as diferentes fases do curso de vida dos actores sociais (Pais, 2003), ganhando uma particular relevância a incidência da escola nas suas escolhas escolares, ao longo da sua trajetória enquanto alunos, tentando mais tarde materializá-las enquanto jovens adultos no momento de entrada na vida activa (Mateus, 2002).

Neste cenário, de que forma é que os jovens e os seus projectos de vida se encontram, directa ou indirectamente, no centro destas alterações? Esta questão ganha amplitude se considerarmos que são afectadas, particularmente, as suas formas sociais e individuais de transição para a vida adulta nas suas diferentes dimensões: trajetórias escolares, inserção económica, autonomização material, aquisição de competências e qualificação, integração e mobilidade profissional, início de um novo ciclo familiar com a conjugalidade, a parentalidade, sistemas de aspirações e valorações sociais. Como referem Guerreiro e Abrantes (2007), “o exercício regular de uma actividade remunerada, susceptível de assegurar independência económica e a constituição de uma vida pessoal e familiar, material, simbólica e espacialmente autónoma da família, parecem constituir elementos centrais da identidade adulta”.

Esta pesquisa manifesta, pois, a ambição de explorar a entrada dos jovens na vida adulta, analisando a capacidade individual na definição de estratégias e na concepção de projectos no quadro dos recursos e oportunidades disponíveis, acompanhando formas específicas de transição e perspectivação do seu futuro.

Reiterando a questão anteriormente colocada face ao modo como a juventude transita para a vida adulta, importa agora particularizá-la: *de que forma decorre o processo de transição para a vida adulta de jovens do concelho de Loures?* Este constituir-se-á, pois, como ponto de partida para a construção teórica e empírica que se segue.

1.1 Sobre o conceito de *juventude* e a influência da classe social de origem nos percursos de transição para a vida adulta

O conceito de juventude tem vindo a ser alvo de sucessivas reconceptualizações, concedendo-se maturidade em idades mais precoces e, por outro lado, prorrogando-se, por períodos cada vez mais longos, a idade para assunção de responsabilidades e, principalmente, a aquisição de independência ao nível material (Guerreiro e Abrantes, 2007). Observa-se, pois, que os limites sociológicos não são determinados pela idade destes indivíduos (Ferreira, 2006).

Nas representações da juventude, os jovens são entendidos, por vezes, como parte de uma cultura juvenil «unitária» (Pais, 2003: 29). Este é, porém, um pressuposto desajustado da realidade social actual na medida em que os jovens não podem ser incorporados num mesmo grupo, ainda que possam identificar-se, entre si, como fazendo parte de uma mesma classe social, grupos ideológicos ou grupos profissionais (Pais *cit.* Sedas Nunes, 2003: 29).

Na verdade, a sociologia da juventude tem vacilado entre duas tendências paradigmáticas: por um lado, defende-se que a juventude consiste num conjunto social caracterizado por uma «fase da vida», sendo as «culturas juvenis» definidas em função de variáveis etárias (Pais, 2003); por outro lado, a juventude é interpretada como um conjunto social obrigatoriamente diversificado, sendo as várias «culturas juvenis» definidas em função da pertença de classe, da respectiva situação económica, sendo que a principal característica desta posição é a “juventude tomada

como um conjunto social (...) constituído por jovens em diferentes situações sociais” (Pais, 2003: 30).

A esta dupla perspectiva caracterizadora da juventude correspondem duas correntes teóricas, nomeadamente a «*corrente geracional*» e a «*corrente classista*» (Pais, 2003: 47).

O quadro explicativo da *corrente geracional* baseia-se nas teorias da socialização desenvolvidas pelo *funcionalismo* (Pais cit. Parsons, 2003: 48) e na *teoria das gerações* (Pais cit. Sedas Nunes, 2003: 48), sendo que a juventude caracteriza-se como «geração social», sendo composta por grupos sociais cujos membros são encarados em função da sua idade (Pais, 2003).

No *quadro teórico classista*, sustentado pela teoria das relações de classe desenvolvida por Bourdieu e Passeron, a transição dos jovens para a vida adulta pauta-se invariavelmente por desigualdades sociais, nomeadamente ao nível da «condição social» (Pais, 2003: 56).

Para a *corrente classista*, as culturas juvenis são “sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produto de relações antagónicas de classe. Daí que as culturas juvenis sejam apresentadas por esta corrente como «culturas de resistência», isto é, culturas negociadas no quadro de um contexto cultural determinado por relações de classe” (Pais, 2003: 61).

As *distinções simbólicas* entre os jovens (diferenças de vestuário, hábitos linguísticos, práticas de consumo, etc) são sempre vistas como “diferenças interclassistas e raramente como diferenças intraclassistas” (Pais, 2003: 62).

Na verdade, e como esclarece Pais, a juventude não pode ser entendida segundo critérios de homogeneidade, baseados em factores etários; esta condição aparece socialmente dividida em função dos interesses de cada actor, das suas origens sociais, perspectivas e aspirações; pelo que, “ao tomarem-se as trajectórias dos jovens, os seus percursos de transição, somos necessariamente levados a considerar a juventude na sua diversidade” (Pais, 2003: 43).

A juventude não é, de facto, uma condição socialmente homogénea (Pais, 2003). Não só se dilatou como se diversificou, registando-se cada vez mais maneiras de se *ser* jovem; porém, continuam a poder ser identificadas características comuns numa dimensão simbólica (Ferreira, 2006). Referindo-nos a Pais e Blass (2004: 18), as «culturas juvenis» geram um sentimento de

pertença que assegura “marcos conviviais que são garante de afirmações identitárias (...) daí encontrarmos vínculos de sociabilidade e de integração social”. Emergem novas formações sociais, decorrentes de uma espécie de reagrupamento entre os actores sociais que se consideram semelhantes nos traços culturais, induzindo a novas formas de sociabilidade. Procurando explorar-se as trajectórias dos jovens, os seus percursos de transição, as suas expectativas e aspirações, teremos que considerar a juventude na sua diversidade (Pais, 2003).

Se os jovens, por um lado, partilham características de pertença a uma faixa etária determinada - por si só discutível, como já vimos - por outro lado, apresentam diferenciações de ordem económica, social, cultural e relacional; daí privilegiar-se o conceito de «juventudes» (Gonçalves et al. *cit.* Grácio, 1997).

Deverá, simultaneamente, considerar-se que os percursos de transição para a vida adulta são cada vez menos padronizados e lineares (Ferreira, 2006): a ideia de “conhecidos e seguros estádios está cada vez mais a tornar-se obsoleta” (Pais, 2003: 42), emergindo novos modelos não-lineares de transição, mais centrados no risco e na imprevisibilidade. Vão-se sucedendo um conjunto de situações transitórias e de grande complexidade, originando autênticos “buracos negros”, ou seja, situações em os jovens não estão integrados em esferas como a família, a educação, o emprego, vivendo processos de exclusão e isolamento (Guerreiro e Abrantes, 2007).

Em virtude destas imprevisibilidades, frequentemente os projectos de vida idealizados são descoincidentes com os trajectos de vida efectivos dos jovens – as denominadas trajectórias «iô», segundo Pais (2001: 12), em que estes vão “fazendo pela vida”, circulando entre a instabilidade e a flexibilidade no mercado de trabalho, sobretudo. Sem dúvida que a precariedade de emprego abala os modos tradicionais de entrada na vida activa, procurando estes actores diferentes estratégias para a inserção profissional ou formas inventivas de ganhar dinheiro, na lógica dos “ganchos, tachos e biscates” (*idem*).

As oportunidades e posições nos mercados de trabalho, ressalvando a importância das qualificações escolares, continuam a ser condicionadas pelas redes pessoais e informais; a ajuda de familiares, amigos ou conhecidos é o principal meio de obtenção de emprego nos circuitos juvenis; num contexto de padrões de trabalho precário e “da informalização dos vínculos

laborais” (Guerreiro e Abrantes, 2007: 26), o “capital relacional” aumenta a sua influência. Este capital é, pois, condicionado quer pela classe de origem dos jovens, por via das redes de contactos e influências que conseguem mobilizar, quer pelo seu próprio percurso profissional; os contactos e oportunidades potenciam outros contactos e oportunidades, enquanto que situações de desemprego afastam os jovens, com menor capital social, dos círculos de acesso ao trabalho, acentuando mecanismos e fenómenos de exclusão (Guerreiro e Abrantes, 2007).

Este cenário gera a coexistência de mecanismos formais e informais de reprodução das desigualdades no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, reproduzindo, simultaneamente, a própria estrutura de classes através da escola e do “capital relacional”, respectivamente (Bourdieu, 1979: 200; Guerreiro e Abrantes, 2007).

Deverá então ter-se em conta que as condições de partida, herdadas das famílias de origem, repercutem-se na diversidade inerente à «condição juvenil» (Pais, 2001), explicando o facto de uns jovens permanecerem solteiros enquanto outros optam pela conjugalidade, de uns já serem pais e mães e outros se manterem, ainda, no estatuto de filhos, de uns só trabalharem e outros apenas estudarem, uns frequentarem o sistema de ensino até às etapas finais e outros o abandonarem precocemente (Ferreira, 2006). Verifica-se, assim, que “a condição juvenil portuguesa na viragem do milénio (...) integra movimentos globalizados de modernização mas, simultaneamente, não deixa de reproduzir, ainda que por vezes com menor intensidade, dinâmicas sociais tradicionais” (Ferreira, 2006: 18).

Como já foi referido, as formas de transição para a vida adulta reflectem-se na composição da estrutura social; os processos mais ou menos longos de escolarização, por exemplo, redesenham os fenómenos de mobilidade social. Neste contexto, é pertinente problematizar-se a representatividade da classe social de origem na definição de trajectos e, posteriormente, a sua implicação na definição de projectos de vida e de transição para a vida adulta.

Numa primeira definição, as classes são “categorias sociais cujos membros, em virtude de serem portadores de montantes e tipos de recursos semelhantes, tendem a ter condições de existência

semelhantes e a desenvolver afinidades nas suas práticas e representações sociais, ou seja, naquilo que fazem e naquilo que pensam” (Almeida, 1994: 136).

Ao pesarmos as dimensões que interferem na configuração da estrutura de classes, deve considerar-se o fenómeno de mobilidade social, designando a acção ascendente, descendente ou estacionária percorrida pelos actores sociais nas diferentes posições da estrutura de classes. Esta circulação pode observar-se no tempo de duas ou mais gerações, comparando os lugares de classe ocupados por pais e filhos – «mobilidade intergeracional» - ou por circunstâncias do trajecto de vida de um conjunto de indivíduos - «mobilidade intrageracional» (*idem*, 1994).

As possibilidades e oportunidades de mobilidade são condicionadas pela classe social de origem: os jovens provenientes de um contexto familiar com baixos recursos económicos, fracos capitais escolares ou residentes em zonas territorialmente desfavorecidas, têm menos possibilidades em alterar a sua condição de classe; no sentido inverso, os “filhos das famílias detentoras de elevados capitais económicos, escolares ou profissionais têm, à partida, muito mais probabilidade de virem eles próprios a ocupar uma posição semelhante à dos seus pais. Assim, é muito mais provável filhos de operários tornarem-se operários e filhos de quadros tornarem-se quadros, do que um cenário em que essas posições se invertam” (Almeida, 1994: 139).

No entanto, a possibilidade de mobilidade ascendente pode decorrer da aquisição de escolaridade e formação especializada, bem como pela deslocação para áreas geograficamente mais desenvolvidas; este fenómeno é, sobretudo, potenciado nas fases em que as sociedades apresentam taxas elevadas de crescimento económico, tendendo a gerar mais oportunidades. Num sentido oposto, a ocorrência de mobilidade descendente pode, também, ser explicada numa conjuntura de crise económica, por problemas sociais como o desemprego de longa duração e por níveis de instrução mais baixos do que os dos pais (Almeida, 1994).

Em Portugal, após 1974, observou-se o constante declínio das fracções sociais ligadas à agricultura, privilegiando-se a importância dos níveis de escolaridade, decorrente das próprias transformações dessa época e da relativa modernização do tecido empresarial (Almeida, 1994). Pode assumir-se, assim, que a Universidade surge como uma instituição que contribui para o

processo de “distribuição dos indivíduos pelos lugares de classe”: nuns casos, reproduzindo-se a condição social dos seus pais e, noutros, proporcionando reais trajectos de mobilidade ascendente (Almeida, 1994: 140).

Hoje em dia, na verdade, a maior percentagem de estudantes do ensino superior é proveniente de famílias cujo nível de escolaridade não ultrapassa os 4 anos (Almeida et al., 2003). Porém, a estes alunos é “vedada” a entrada em áreas de formação consideradas “mais elitistas”, como as ciências médicas e outras, correspondentes aos domínios de formação com maior investimento no ensino superior público (Almeida et al., 2003). Desta forma, as desigualdades sociais continuam a reproduzir-se em desigualdades escolares e estas, por sua vez, nas diferentes formas de acesso ao mercado de trabalho: os alunos oriundos dos grupos sociais mais favorecidos terão, seguramente, maiores probabilidades de conseguirem uma inserção profissional qualificante e sem grandes “descontinuidades”, comparativamente aos outros jovens.

Pais (2003) aborda os projectos e trajectórias dos jovens numa análise sistémica sobre a transição para a vida adulta, referindo dois modelos distintos na concepção do curso de vida: um caracterizado pelos jovens que definem estratégias de mobilidade ascensional, orientadas para o futuro, que alimentam “carreiras subjectivas” mais ou menos consistentes e com alguma probabilidade de concretização; e outro mais orientado para um futuro instantâneo e de usufruto do presente, desenvolvendo um trajecto sem grandes projectos, antecipando o futuro provável, aceitando o que o “destino” lhes oferece (Pais, 2003: 235). A definição destes projectos, ou a sua ausência, constituem-se enquanto reflexo das práticas quotidianas juvenis e dos contextos de socialização. Decisões como “abandonar a escola, arranjar um trabalho, estar sem fazer nada” são consequência da sua cultura, “dos seus mapas de significação e de valores”, pelos quais atribuem sentido às opções que fazem (Pais, 2003: 237).

1.2 Formas de transição para a vida adulta em Portugal

Numa perspectiva demográfica, identifica-se um fenómeno de duplo envelhecimento da população portuguesa, verificando-se um aumento relativo do número de idosos (envelhecimento no topo) e uma diminuição do peso relativo dos jovens (envelhecimento na base). Estes, em 1991, representavam 23,7% da população portuguesa e, em 2004, apenas 20,5% (Ferreira, 2006). A própria população jovem, mais concentrada em distritos marcadamente urbanos – em 2004, 37,3% dos jovens portugueses nos distritos de Lisboa e Porto –, está igualmente envelhecida, verificando-se que existem mais efectivos na faixa etária entre os 25 e os 29 anos¹ comparativamente às restantes (*idem*, 2006).

1.2.1 Escola

Observam-se dinâmicas de escolaridade cada vez mais qualificadas, mas onde, por contraste, coexistem fenómenos como o do abandono escolar precoce: do total de jovens que abandona o ensino, 12% fazem-no apenas com o 1º ciclo do ensino básico, 2/3 com o 2º ciclo do mesmo e cerca de 20% com o 9º ano de escolaridade concluído. Aproximadamente 35% dos jovens portugueses que saem do sistema de ensino ainda o fazem sem ter completado os nove anos de escolaridade obrigatória. Por outro lado, muitos dos que transitam para o ensino secundário não prosseguem os estudos até ao ensino superior, sendo este o nível de escolaridade onde as taxas de desistência e retenção escolar têm manifestado uma subida progressiva nos últimos anos (Ferreira, 2006).

Consequentemente, estas dinâmicas escolares reflectem-se nas inserções laborais dos jovens: praticamente 50% dos jovens empregados, em 2004, não tinham mais do que a escolaridade mínima obrigatória, observando-se que o sistema de emprego português continua a privilegiar mão-de-obra desqualificada, barata e intensiva (Ferreira, 2006). No sentido inverso e, segundo Ferreira (2006), verifica-se que o sector de emprego caracterizado por “directores, quadros e chefias” subiu de 9,9% em 1991 para 17,6% em 2001, claramente uma consequência do aumento das taxas de escolarização universitárias. No entanto, ainda que os jovens mais desqualificados a

¹ Esta observação tem por base uma classificação dos jovens cujo intervalo etário é dos 15 aos 29 anos

nível escolar sejam os mais vulneráveis às situações de desemprego, assiste-se, na última década, a um assinalável aumento deste fenómeno também entre os jovens com habilitações superiores, passando de 5%, em 1991, para 21%, em 2001 (Ferreira, 2006).

Podemos aferir, assim, que o nível de instrução, passada uma década, também aumentou, sendo que o ensino básico de 2º ciclo, dominante nos Censos em 1991, deu lugar ao ensino básico do 3º ciclo, em 2001; observa-se que a proporção de jovens com o ensino básico de 2º ciclo se situava nos 25,9% e uma minoria de 6,5% detinha o ensino superior em 1991, sendo que, dez anos após, a dimensão do ensino superior triplicou, assumindo uma representatividade de 19,2% (Ferreira, 2006).

Perante estas informações estatísticas, pode verificar-se o aumento de qualificações e taxas de escolarização em Portugal (Guerreiro e Pegado, 2006). Porém, a aquisição (e a reprodução) de formação escolar e a obtenção dos respectivos certificados, continuam a sustentar o processo de formação de classes, permitindo a determinados actores sociais o acesso a diferentes posições no espaço social (Costa et al., 2000). Sendo assim, ainda faz sentido questionar o papel que a escola desempenha actualmente sobre os actores sociais que recebe, na medida em que continua a seleccionar, durante o 3º ciclo do ensino básico que corresponde à escolaridade obrigatória, os alunos mais conformes às representações e expectativas do grupo dominante (Benavente et al. *cit.* Forquin, 1994). Este fenómeno ganha profundidade se considerarmos os “novos públicos” escolares, com a presença de filhos de imigrantes no sistema educativo português (Machado et al., 2005). Neste sentido, alguns estudos têm-se centrado na diversidade dos percursos juvenis entre os sistemas de ensino e de emprego – frequentemente problemáticos –, enfatizando as estratégias (individuais e sistémicas) de adaptação entre ambos, mas também os desfasamentos manifestos, que se convertem em perigos de exclusão social; em particular, para os jovens de meios mais desfavorecidos, com trajectos escolares de insucesso e pouco suporte económico a nível familiar (Guerreiro e Pegado, 2006: 9).

Claro que, os jovens mais escolarizados se posicionam num campo de possibilidades sociais mais alargado, comparativamente ao dos jovens com capitais escolares mais baixos, estando melhor dotados para negociar a sua inserção profissional. Quanto aos jovens com um menor capital

escolar, verifica-se a sua incursão em esquemas de trabalho alternativos inseridos em «economias subterrâneas» (Ferreira, 2006), sendo muito mais frequente sujeitarem-se a qualquer tipo de emprego, devido à urgência na obtenção de um salário e à escassez de oferta de emprego (*idem*, 2006). Em simultâneo com o aumento da escolaridade prolongada e do nível superior, o ensino obrigatório ainda não atinge, com sucesso, a generalidade das gerações mais novas, “contribuindo para as assimetrias e induzindo a trajetórias mais vulneráveis por parte de alguns, enquanto outros, ainda uma minoria, encontram na escola e, em particular, na universidade, uma oportunidade para percursos melhor sucedidos” (Guerreiro e Abrantes, 2007).

Reiterando Pais, os jovens dos “ganchos, tachos e biscates” vêm-se, assim, na contingência de definir trajetórias em função da precariedade do mercado de trabalho na forma de “aventura” ou “desventura” (Pais, 2001: 21).

1.2.2 Emprego

Em Portugal, o trabalho precário, as “prestações de serviços” e o desemprego têm aumentado; o processo de transição para a vida adulta é pautado por uma grande instabilidade profissional, em que os jovens transitam entre empregos diversos, situações de formação, subemprego e desemprego (Guerreiro e Abrantes, 2007). Estes constrangimentos têm óbvios reflexos sobre o processo de transição para a vida adulta, reconhecendo-se que a integração no mercado de trabalho continua a ser um passo indispensável na concretização deste momento, “sendo condição necessária para se equacionar a saída da casa dos pais, o casamento ou a parentalidade, sobretudo em países como Portugal em que os apoios estatais à transição são reduzidos” (Guerreiro e Abrantes, 2007: 28).

Perante estas «encruzilhadas» (Pais, 2001), as dificuldades na obtenção de emprego legitimam as lógicas de “desenrascanço, arranjando dinheiro nos limites do legal e do ilegal, do legítimo e do ilegítimo, do formal e do informal (...) e é, frequentemente, trabalho precário” (Pais, 2001: 15).

Por outro lado, verifica-se o crescimento do número de jovens com qualificações superiores que não consegue integrar uma área de trabalho coincidente com a sua formação, sendo esta situação acentuada pela desarticulação entre as empresas, o Estado e as Universidades, ao contrário do que

ocorre na maioria dos países europeus (Guerreiro e Abrantes, 2007: 26). O tecido empresarial continua a ser dominado por pequenas e médias empresas, gerando emprego pouco qualificado e mal remunerado, na maior parte dos casos, e com insuficientes oportunidades de formação. Generalizam-se, assim, percursos profissionais marcados pela instabilidade e pelo risco nos jovens portugueses (Guerreiro e Abrantes, 2007), enfrentando um mercado de trabalho transitório e flexível (Pais, 2001).

Em 1991, a proporção de jovens com menos de 30 anos que vivia a cargo da família situava-se nos 59,6%, e 35,6% tinham como principal meio de vida os rendimentos provenientes do trabalho. Uma década depois, esta percentagem enfatizou-se; uma maioria de 76,3% de jovens vivia numa progressiva dependência familiar e os dependentes do trabalho contraíram-se para os 20,4% (Ferreira, 2006). É, pois, assinalável a descida da taxa de actividade dos jovens da categoria etária referida que pode ser explicada pela progressiva escolarização e pelo retardamento na inserção profissional. A taxa de actividade masculina supera a feminina em todas os escalões juvenis (Ferreira, 2006).

De facto, a referida progressiva escolarização reflecte-se nos níveis de qualificação dos jovens desempregados; em 1992, o nível de ensino mais representativo no conjunto destes desempregados era o 2º ciclo do ensino básico diminuindo para 27,9% em 2001, em que passa a ter maior expressão o número de jovens desempregados com o 3º ciclo do ensino básico, correspondendo a 30,7% (Ferreira, 2006: 107).

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, em Portugal Continental, no 1º trimestre de 2008: 36% dos jovens desempregados, com idades entre os 15 e os 24 anos, tinha qualificações ao nível do 1º ciclo do ensino básico; 18% com o 2º ciclo do ensino básico; 14% com o 3º ciclo; e 14% com o ensino secundário e pós-secundário.

Na faixa etária entre os 25 e os 34 anos, no mesmo período de referência, os jovens desempregados com o 1º ciclo do ensino básico adquirem maior expressividade com uma percentagem de 10,3%, situando-se nos 8% e 8,4% a percentagem de jovens desempregados com

o 2º ciclo e 3º ciclos do ensino básico, e nos 7,5% o conjunto dos jovens no desemprego detentores do ensino secundário e pós-secundário.²

Neste cenário de aumento da escolarização, refira-se a “quadruplicação do peso relativo dos jovens desempregados com formação académica superior no espaço de 14 anos (de 5,1% em 1992 para 20,6% em 2005)” (Ferreira, 2006: 107). De facto, no 1º trimestre de 2008, em Portugal Continental, a percentagem de jovens desempregados com habilitações ao nível superior e com idades entre os 15 e os 24 era de 24,5%, sendo que no grupo etário entre os 25 e os 34 anos, com as mesmas qualificações, esta percentagem era menor, situando-se nos 9,3%³.

A condição de desempregado afecta, cada vez mais, a população juvenil e é, actualmente, mais expressiva entre os jovens com certificações formais ao nível do ensino superior, o que também pode ser explicado “por estratégias de resistência a empregos precários ou desqualificados” (Ferreira *cit.* Pais, 2006: 110). Neste contexto, fazendo uso do apoio familiar, estes jovens diplomados apostam e investem na educação com expectativas partilhadas de ascensão (ou reprodução) social – “desemprego juvenil de prospecção” (Ferreira *cit.* Pais, 2006: 110), incompatibilizando-se com a realidade ou a oferta apresentada, em função das expectativas decorrentes da escolarização. Provavelmente, entre os jovens academicamente melhor qualificados haverá uma procura mais selectiva de emprego que, conseqüentemente, se traduzirá num aumento de desemprego (Pais, 2001; Guerreiro e Pegado, 2006). Simultaneamente, a democratização e generalização do ensino superior, como assinalado, implica a perda de parte do seu valor social, reduzindo as possibilidades de empregabilidade assentes nesse capital (Ferreira, 2006).

É de realçar, no entanto, que muitos jovens valorizam a realização pessoal e os desfrutes relacionais que dela possam retirar, preferindo um emprego em que se ganha menos mas as relações de trabalho são afectivas e conviviais a um emprego bem pago mas no qual as relações de trabalho divergem das características anteriores (Pais, 2001). Porém, a percentagem de jovens à procura de emprego há mais de um ano tem vindo a aumentar (Ferreira, 2006).

² INE: *Taxa de desemprego (Série 1998 - %) por sexo, grupo etário e nível de escolaridade mais elevado completo - Trimestral; Inquérito ao Emprego*

³ *idem*

Poder-se-á postular que o modelo económico que regula o mercado de trabalho contemporâneo, que se pretende competitivo, promove uma redução de custos a par de um aumento de produtividade e flexibilização do trabalho, resultando conseqüentemente num enfraquecimento de vínculos laborais estáveis e diminuição de situações de emprego fixo (Pais, 2001).

Este cenário de precariedade e instabilidade profissional é o resultado de uma taxa ainda elevada de saída precoce do sistema de ensino (38%), de uma percentagem mais baixa ao nível europeu da população entre os 25 e os 34 anos com ensino secundário (19,9%), a segunda mais baixa com o ensino superior (15,5%), o índice mais reduzido de formação e educação de indivíduos entre os 15 e os 24 anos (51,9%) (Guerreiro e Pegado, 2006).

No sentido inverso, os indicadores relativos ao mercado de trabalho revelam taxas de actividade e de emprego intermédias face à Europa: em Portugal encontram-se, principalmente, jovens com o ensino básico ou superior, mas com um desequilíbrio manifesto na qualificação intermédia. O nosso país assume, paralelamente, a liderança na empregabilidade dos jovens não estudantes entre os 15 e os 19 anos, antevendo perfis insuficientemente qualificados neste tipo de inserção (Guerreiro e Pegado, 2006).

1.2.3 Família

De acordo com Guerreiro e Abrantes (2007), a identidade adulta consolida-se por via do exercício regular de uma actividade remunerada, susceptível de assegurar independência económica e a constituição de uma vida pessoal ou familiar, material, simbólica e espacialmente autónoma da família.

Com o prolongamento das trajectórias escolares e, paralelamente, com as crescentes inseguranças e desigualdades no mercado de trabalho, os jovens tendem a adiar não só o casamento mas também a saída de casa dos pais, confrontando a família de origem com novas responsabilidades na transição que estes concretizam para a vida adulta. Também nesta dimensão se assiste à reversibilidade das trajectórias juvenis em que, após uma experiência de “vida a dois” fracassada, se pode verificar o regresso a casa da família de origem.

Assim, tem vindo a ser enfatizada a tendência dos jovens para adiarem algumas decisões e responsabilidades, mantendo-se mais tempo na “semi-dependência” da família (Guerreiro e Abrantes, 2007), privilegiando as oportunidades de educação e de formação, protelando o acesso ao mercado de trabalho (e na vida adulta).

Por outro lado, com a oferta actual no domínio dos lazeres e dos consumos culturais, muitos jovens pretendem “gozar a liberdade” antes de “assentarem”, adiando a assunção de rotinas e obrigações inerentes à vida adulta, e optando pelo usufruto de inúmeras oportunidades associadas à juventude, alcançando a estabilidade profissional, casando e tendo filhos cada vez mais tarde (*idem*, 2007).

As *solidariedades familiares* sustentam, em grande medida, os processos de transição para a vida adulta, sendo que esses apoios são, igualmente, condicionados pelo posicionamento dos grupos familiares no espaço social. A pertença de classe determina as práticas de entreaajuda entre pais e filhos sendo que, nas classes sociais mais desfavorecidas, o apoio assenta, sobretudo, numa lógica material e na disponibilização de serviços (por exemplo, pequenas reparações em casa, transporte de pessoas), mais direccionada para uma *solidariedade para a subsistência* dos jovens em transição para a vida adulta. Nas classes médias e altas, não desvalorizando os apoios materiais, são concretizadas trocas mais simbólicas e focalizadas para a mobilidade social ascendente, direccionada para uma *solidariedade para a promoção social* (Wall *cit.* Pitrou, 2002: 510). Desta forma, para o autor, as redes de apoio familiar são estratégicas uma vez que podem ser consideradas um *sistema de estratégias de reprodução social* da família.

Na verdade, pesquisas recentes reforçam que o tipo de apoios familiares aos jovens em transição para a vida adulta, variam de acordo com a origem de classe: as ajudas financeiras aos filhos – dar ou emprestar dinheiro, pagar contas, despesas –, verificam-se, sobretudo, nos casais profissionais técnicos e de enquadramento (PTE); as ajudas materiais – dar roupa, objectos e alimentos para a família e para a casa – surgem sobrerrepresentadas nas famílias de agricultores independentes (AI) e dos agricultores independentes pluriactivos (AIpl); os casais profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) apresentam maior expressividade na prestação de ajudas morais aos filhos – desabafar, conversar sobre os problemas –; as ofertas de carro, de casa e as ajudas domésticas – fazer tarefas domésticas, dar comida feita para levar – são potenciadas pelas

famílias de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL); e nas situações de prolongamento da estadia dos jovens em casa dos pais, são principalmente as famílias de assalariados agrícolas (AA) e operários (O) quem maior apoio dá nesse alojamento (Wall, 2002)

Globalmente, pode afirmar-se que a família persiste um dos mais importantes quadros estruturadores da vida dos jovens, por eles próprios reconhecido. Dominantemente, pertence-se a uma família ou dela se provém para, logo a seguir, formar família (Cabral e Pais, 1998).

A par da dimensão escolar e profissional, também a dimensão familiar, na sua vertente conjugal e parental, é determinante na análise das trajectórias de transição para a vida adulta. Na verdade, a transição para a conjugalidade e parentalidade está associada à inserção profissional, surgindo dificuldades acrescidas de conciliação entre trabalho e vida familiar, considerando que estes jovens pais (e principalmente as mães) são obrigados a abdicar de algumas oportunidades de carreira e a restringir o número de horas de trabalho; tal é visto, por muitas entidades empregadoras, como revelador de um menor empenhamento laboral (Guerreiro e Pegado, 2006).

Importa, assim, referir os traços fundamentais da família conjugal moderna e de que forma entendem os jovens o casamento e a parentalidade.

No contexto da sociologia da família e a partir da década de 70, os conceitos de “conjugalidade” e “casamento” aparecem dissociados, surgindo novas fragmentações e arranjos na definição da família conjugal contemporânea (Torres, 2001).

Na verdade, verifica-se uma reconceptualização da instituição familiar, entendendo-a como um reflexo da mudança de valores e de comportamentos das sociedades contemporâneas (Wall, 2002: 413), produzindo efeitos no aumento das uniões de facto entre jovens ou no número de mães sós.

Problematizando as formas de transição dos jovens para a conjugalidade, importa, num primeiro momento, sistematizar os tipos de família conjugal através da classificação elaborada por Aboim e Wall (2002: 487). Considerando as interacções que nela se estabelecem a partir dos seus graus de coesão interna e integração externa, podem ser identificados 6 tipos de família:

- de **tipo paralelo**, onde é privilegiada a autonomia pelos membros da família e a separação em detrimento da coesão/fusão, com uma vincada separação de papéis conjugais em função do género, nomeadamente na atribuição das tarefas domésticas à mãe e nas actividades de lazer realizadas pelo pai;

- de tipo **paralelo familiar**, onde existe uma intenção de fusão pelo “nós-casal”, procurando a partilha das rotinas quotidianas, mas onde as diferenças de género continuam vincadas, em que a mulher assume a totalidade dos afazeres domésticos; a autonomia é muito mais masculina do que feminina, estando principalmente representadas mulheres com escolaridade correspondente ao 1º ciclo do ensino básico;

- de tipo **bastião**, onde se verifica um nível de fusão e fechamento elevados, não existindo espaço para actividades e lazeres vividos em separado pelo casal; porém, a divisão de género está patente na dupla profissão e no trabalho doméstico feminino, onde as mulheres apresentam baixos recursos académicos;

- de tipo **fusão aberta**, cuja dinâmica se assemelha às famílias companheiristas (Torres *cit.* Kellerhals, 2001; Wall, 2002), incluindo um lado expressivo através dos lazeres e do grau de comunicação entre o casal, e um lado instrumental com a partilha das tarefas domésticas. É privilegiada a coesão e fusão entre os membros da família em detrimento das autonomias pessoais (estão representadas mulheres com qualificações ao nível do ensino básico e secundário);

- de tipo **confluente**, em que a mulher apresenta percursos escolares ao nível do ensino secundário, e onde prevalece a lógica fusional na partilha conjugal dos lazeres e, também, na realização das tarefas domésticas. É reconhecida paridade entre o casal, mas coexistem diversas formas na construção da autonomia pessoal masculina e feminina, podendo prevalecer a masculina;

- tipo **associativo**, onde se equilibra o “nós-casal” na lógica de partilha dos lazeres e tarefas domésticas. São preservados espaços de autonomia individual, sobretudo feminina, pela

delegação do trabalho doméstico com a presença de empregada doméstica (as mulheres revelam capitais escolares mais elevados e são mães mais tarde).

De facto, nas sociedades contemporâneas e como consequência da crescente escolarização, as raparigas sentem-se “encorajadas” para a definição de estratégias que lhes permitam adquirir ou consolidar os capitais escolar e profissional, com o intuito da mobilidade social ascendente. Assim, priorizam novas lógicas de conciliação entre o estatuto profissional e o estatuto conjugal, adiando a entrada na conjugalidade e na fecundidade, verificável sobretudo nas jovens com indicadores escolares e profissionais mais elevados (Wall, 2002: 407; Ferreira, 2006; Guerreiro e Abrantes, 2007).

O adiamento na consumação do casamento surge como efeito das “sociedades modernas”, acentuando as tendências de desinstitucionalização e desvalorização simbólica e estatutária deste. O projecto conjugal moderno apoia-se no campo afectivo, em detrimento do vínculo contratual outrora imprescindível, e privilegia a democratização dos direitos individuais e sociais, optando pela coabitação ou união de facto (Wall, 2002: 414).

A coabitação, porém, pode ser entendida enquanto fase de experimentação juvenil e uma etapa de transição para o casamento ou, então, como uma alternativa, de facto, ao casamento formal. Roussel (Wall, 2002: 423) distingue quatro tipos de coabitação moderna: dois de longo curso – a *coabitação idealista* e a *anticonformista* - e dois tipos de coabitação no início de vida a dois – a de *prudência e experimentação* e a de *noivado ou pré-casamento*.

Considerando que o nascimento de um filho pode enquadrar-se numa fase inicial de constituição da família, transitando o casal para a parentalidade, Aboim e Ferreira (Wall, 2002: 423) problematizam diferentes perfis de coabitação em função da fecundidade. Assim, distinguem a *coabitação de entrada na parentalidade* onde estão as mulheres mais escolarizadas e que entram, pela primeira vez, na parentalidade (com o nascimento do primeiro filho); a *coabitação de longo curso*, como modo alternativo de organização familiar e consolidada pelo alargamento da descendência, onde se posicionam as mulheres com os mais baixos níveis de escolaridade; e a *coabitação de recomposição familiar*, que retrata recomposições conjugais onde nasce um

“novo” filho do casal, mas já existindo filhos de outras conjugalidades ou relações, abrangendo mulheres mais velhas.

A *coabitação de entrada na parentalidade* reúne, globalmente, condições mais precárias do que o casamento: refere-se a mulheres mais jovens, menos escolarizadas e, muitas vezes, sem actividade profissional; e incorpora as situações de mães adolescentes ou de paternidade precoce - ainda que, inversamente, no caso das mulheres coabitantes a partir dos 25 anos e sobretudo dos 30 anos, se verifiquem perfis mais escolarizados e profissionalizados. Neste último grupo e, comparativamente às mulheres casadas, igualmente escolarizadas e com percursos profissionalizados, as coabitantes têm o primeiro filho mais tarde: nestas, a idade média é de 30,6 anos, enquanto nas outras se situa nos 29 anos (Wall, 2002: 428).

No *caso da coabitação de longo curso*, as uniões de facto com mais do que um filho, comum aos membros do casal, configuram um quadro social e económico precário, em que as mulheres são menos escolarizadas (comparativamente às mulheres casadas com mais do que um filho). Esta forma alternativa ao casamento formal desenvolve-se num contexto de condições de precariedade, onde a diferenciação de papéis de género se acentua, desempenhando o homem a responsabilidade de sustentar a família.

No terceiro tipo, a *coabitação de recomposição familiar* surge por via de uma situação anterior de divórcio ou dissolução de uma relação, sendo que a família reconstitui-se com o nascimento de um novo filho de outro parceiro (Wall, 2002).

Considerando as manifestações que as novas formas familiares têm vindo a assumir, deverá referir-se a paternidade fora de uma relação conjugal. Neste caso, poderão observar-se novos movimentos associados às sociedades contemporâneas, em que ter um filho fora da conjugalidade poderá dever-se: à falta de controle da sexualidade na adolescência, sendo este nascimento uma consequência inesperada nos trajectos de vida de “mães sós”, geralmente bastantes jovens, detentoras de baixos capitais escolares e profissionais, e consideravelmente afastadas do mercado de trabalho; ou, então, constituir-se como um projecto individual apoiado por recursos sócio-económicos que garantam a independência da “mãe” (Wall, 2002: 436). Ter, assim, filhos sem

casar ou sem viver em união de facto, indicia novos processos de modernização da família e novas formas de autonomização dos percursos individuais, dando lugar à *maternidade celibatária* (Wall, 2002: 437).

Particularizando a dimensão que este fenómeno tem vindo a assumir, são definidos três tipos de monoparentalidade: *dependente*, *sobrevivente* e *independente*. Apenas neste último se inscrevem as jovens cujos perfis sociais apresentam maiores garantias de independência económica, constituindo-se “mães sós” em idades mais tardias (a partir dos 25 anos), intencional ou fortuitamente, com percursos escolares mais estruturados e desempenhando profissões mais qualificadas. Os dois primeiros tipos de monoparentalidade remetem-nos para situações sócio-económicas precárias, onde se inscrevem a parentalidade adolescente e as mulheres/mães com baixos recursos escolares e profissionais (Wall, 2002).

A monoparentalidade constitui um fenómeno com uma tendência evolutiva, já que em 1995 a percentagem de “mães independentes” se situava nos 8,5% e, em 2000, aumentou para 14,5%; na maior parte dos casos, os actuais nascimentos fora do casamento ou da coabitação, traduzem sintomas de precariedade social e económica, equivalendo à maior percentagem de mães sós do tipo “dependente” e “sobrevivente”: em 2000, situavam-se nos 52,5% e 33%, respectivamente (Wall, 2002).

Verificam-se, pois, novos sentidos e atribuições simbólicas à família, à conjugalidade e à parentalidade. Reforça-se a menor linearidade sequencial dos processos de transição para a vida adulta, em que as dimensões, tradicionalmente identificáveis, que remetem o estatuto de adulto para o final do percurso educativo, se têm esbatido. As tais fases transicionais, que implicavam o final da escolarização, o início de uma actividade profissional e a constituição de uma nova família, apresentam-se desconexas, emergindo novos momentos, de duração variável, relembrando-nos a metáfora das trajectórias “iô-iô” (Pais, 2001).

2. Modelo de análise

Em resultado das profundas alterações nas sociedades contemporâneas, podemos constatar as suas repercussões ao nível das formas de vida dos actores sociais e, em particular, as suas influências na juventude e respectivos processos de transição para a vida adulta.

Existem estudos que situam as formas e representações das transições juvenis para a idade adulta em diferentes níveis, nos domínios europeu, nacional e regional. Consideraram-se as investigações estudadas para a realização deste trabalho representativas deste fenómeno, já que a maioria recorre ao método extensivo e quantitativo, permitindo uma extrapolação das suas conclusões ao universo da(s) juventude(s).

Este trabalho não apresenta objectivos de exaustividade e representatividade do universo juvenil, na abordagem que propõe às formas de transição para a vida adulta. Manifesta uma intenção sociológica em observar este movimento de entrada na vida adulta circunscrito a um grupo de jovens; a sua diferença, relativamente a outras investigações, situa-se na opção pelo método intensivo e qualitativo, apenas, verificando o tipo de transições de um grupo espacialmente definido. Pressupõe-se a sua representatividade, de facto, ao nível da amostra intencionalmente seleccionada. Ao observar as estratégias definidas por este conjunto de jovens do concelho de Loures para a entrada na vida adulta, pressupõe-se que os resultados são suficientemente ilustrativos da condição juvenil urbana.

Muito embora existam estudos sobre a juventude no concelho de Loures, essas investigações, de carácter quantitativo, aferiram um conjunto de dimensões que não focam, exclusivamente, o objecto de estudo que aqui se propõe. É de destacar a investigação pioneira *Jovens de Hoje e de Aqui – Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures*, encomendada pela CMLoures (em 1993) e realizada pelo ICS (em 1996). Nesta foram aprofundadas as posições dos jovens de Loures quanto à família, escola, emprego, práticas culturais, participação nas actividades promovidas pela autarquia e identificação dos principais problemas no Concelho, sociabilidades, sexualidade e aspirações quanto ao futuro.

Privilegiando as investigações já efectuadas sobre o objecto de estudo, centrar-nos-emos nas características exploradas por Guerreiro e Abrantes (2007), nomeadamente na conceptualização de sete tipos de transições juvenis para a vida adulta: *profissionais; lúdicas; experimentais; progressivas; antecipadas; precárias e desestruturantes*.

Desta forma, considera-se que a análise das entrevistas, realizadas aos jovens do concelho de Loures, ficará enriquecida se enquadrada na tipologia detalhada em seguida; serão, assim otimizados os resultados de um trabalho científico já existente, na expectativa de um exercício cumulativo.

2.1 Conceptualização de uma tipologia de transição para a vida adulta

As *transições profissionais* adquirem maior expressão no grupo dos jovens com percursos académicos mais longos e igualmente melhor sucedidos, integrados em empregos que exigem elevadas qualificações escolares; assim, são principalmente os jovens provenientes de meios sociais favorecidos que se encontram em transição profissional, ainda que não se excluam outros jovens, oriundos de meios sociais mais modestos, como a pequena burguesia de execução, mas que se sentem motivados por fortes aspirações de mobilidade social, em detrimento de outras oportunidades culturais.

Integrando sectores profissionais competitivos, estes jovens assumem que os níveis de preocupações e responsabilidade a que estão sujeitos são incompatíveis com a concretização de outros projectos pessoais, como a conjugalidade. Os seus grandes objectivos implicam a realização profissional, não investindo em projectos familiares ou mesmo noutros na esfera do lazer, optando por adiá-los. Ainda assim, mesmo perante este adiamento, a verdade é que a maior parte destes jovens deseja o “pacote familiar” quando tiverem assegurada a estabilidade profissional. E é em virtude das contingências estruturais do sistema de emprego, dos horários prolongados e das situações de instabilidade profissional, agravados pela persistência de vínculos contratuais precários, que estes jovens vão adiando a entrada na conjugalidade e parentalidade.

Com percursos escolares bem sucedidos, concretizam a transição para a vida adulta através de um emprego qualificado, mas vão traçando projectos “a dois tempos”.

Em função do investimento que fazem na realização profissional, estes jovens, em idades já perto dos 30 anos, ainda permanecem em casa da família de origem, gozando de liberdade quase ilimitada e com um estatuto de independência, sendo os pais a suportar todas as despesas domésticas, preferindo que os filhos poupem para o futuro. Ainda que estes jovens possam ter já adquirido casa própria, não efectivam essa mudança - revelando falta de tempo para organizarem uma vida a sós ou mesmo em conjugalidade e adiando a saída de casa da família de origem.

Com percursos escolares bem sucedidos, optam por continuar ou regressar ao sistema de ensino, mesmo depois de terem concluído uma licenciatura e de poderem estar já integrados no mercado de trabalho; regressam à escola para frequentarem cursos de pós-licenciatura, motivados pela pressão e competitividade patente no local de trabalho ou por iniciativa própria, de aumento de qualificações, actualização de conhecimentos e valorização pessoal e profissional. Mesmo os jovens, que viveram processos de transição profissional para a vida adulta e que podem não estar inseridos no mercado de trabalho, permanecem no sistema de ensino, alternando entre licenciaturas, mestrados e doutoramentos, vivendo de bolsas de estudo e do apoio familiar já próximo dos 30 anos de idade.

Este tipo de transição para a vida adulta adquire especial relevo, em Portugal, em virtude da actual conjuntura sócio-económica e dos próprios contextos laborais, que instituem horários prolongados e exigências profissionais inconciliáveis com a concretização de projectos pessoais e familiares.

Por outro lado, e no caso particular das raparigas, este tipo de transição assume-se como fenómeno emergente, considerando as escolhas deliberadas que fazem no adiamento da conjugalidade e maternidade; por contraste com a geração das suas mães, revelam maiores ambições profissionais e reconhecem a superioridade dos trajectos académicos, preterindo as tarefas e responsabilidades domésticas e investindo na realização profissional.

Nas *transições lúdicas*, identificam-se os jovens com percursos académicos longos, mas sem que isso reflecta um grande envolvimento nas áreas de estudo; atingem níveis de escolaridade elevados sem grande esforço, privilegiando o convívio com o grupo de amigos, as saídas à noite,

priorizando a diversão antes da assunção de responsabilidades, entendendo os 30 anos como a idade limite para essa liberdade.

Em transição lúdica, estes jovens revelam inserções precárias ou temporárias no mercado de trabalho, já que optam por não assumir grandes responsabilidades e compromissos, permanecendo em casa dos pais até uma idade tardia e em regime de semi-dependência, com liberdade e autonomia quase ilimitada e com a ausência de despesas domésticas.

Este modelo de transição é mais frequente nos jovens das classes favorecidas, uma vez que os encargos financeiros são assegurados pelas famílias; por outro lado, as oportunidades de formação, lazer e consumos privilegiadas por estes jovens, não são compatíveis com os empregos mal-remunerados e precários que estão disponíveis, tendo a vantagem dessas despesas serem asseguradas pelos pais. Estes jovens revelam, assim, incapacidade na obtenção de independência financeira, afastando-se do modelo conjugal visível na geração dos pais - consideram que estes assentaram demasiado cedo - e optando por oportunidades que valorizem a individualização e a realização profissional.

Em Portugal, este modelo não apresenta grande expressividade ainda que tenha maior evidência no masculino, até porque a liberdade das raparigas tende a ser mais controlada pelos pais, no sentido inverso às responsabilidades que lhes são atribuídas nas tarefas domésticas; por este motivo, as raparigas manifestam maior urgência em casar e, assim, sair de casa da família de origem.

Esta fraca expressividade das transições lúdicas é, também, explicada pelas limitações económicas actuais que não permitem grande ampliação nos domínios do lazer, formação e consumos. Assim, a grande maioria dos jovens continua a centrar as suas preocupações no campo do emprego e da família.

Experimentar viver sozinho, em coabitação ou com amigos são práticas correntes e culturalmente valorizadas, pelo menos até à parentalidade, constituindo-se como referências das *transições experimentais*. Neste modelo, os jovens optam por períodos sucessivos de experimentação, antes de assumirem compromissos e responsabilidades associados à conjugalidade e a um novo ciclo familiar, afastando o momento de saída de casa dos pais relativamente ao casamento. Em

oposição ao casamento, estes jovens defendem a coabitação como primeira experiência com vista a um eventual compromisso.

São transições mais associadas às classes sociais mais favorecidas e escolarizadas, emergindo um grupo de jovens que, contando com o apoio familiar ou que tenham rendimentos acima da média, vivem sozinhos ou em coabitação por opção própria. Neste grupo destacam-se as raparigas, por colocarem mais frequentemente em prática projectos de vida a sós, eventualmente devido ao maior controlo a que estão sujeitas em casa dos pais. De salientar que entre as classes menos escolarizadas e mais desfavorecidas, o casamento permanece como a principal instituição a partir da qual se organiza a vida íntima e familiar; todavia, o elevado preço das habitações e as condições de trabalho precárias, levam a que a maioria dos jovens adiem a saída de casa dos pais até ao momento do casamento.

Muito para além da experimentação associada à coabitação ou à experiência de viver sozinho ou com amigos, estes jovens também desenvolvem disposições experimentalistas na esfera profissional, valorizando a mobilidade entre projectos e trabalhos, sobretudo quando implicam mudanças de funções ou mesmo de localização geográfica.

A *transição progressiva* constitui-se enquanto modelo caracterizado por formas de transição mais ou menos lineares e programadas.

Ainda que estes jovens detenham percursos escolares variáveis e sejam, geralmente – e não exclusivamente – provenientes de classes desfavorecidas, organizam o seu processo de transição para a vida adulta por “etapas”. Após o percurso académico, segue-se a entrada no mercado de trabalho, a escolha do cônjuge, a progressão no emprego, a poupança, a compra de habitação, o casamento, a saída de casa dos pais, a parentalidade, ainda que não cumprindo necessariamente esta ordem. São estas as “etapas” que vão sendo cumpridas progressivamente por estes jovens, acautelando as condições que permitam o cumprimento da fase seguinte. Atendendo, porém, às dificuldades no acesso ao mercado de trabalho e à progressão no emprego, a passagem para as restantes “etapas” tende a ser dificultada, repercutindo-se no prolongamento destas trajectórias de transição e encontrando-se os jovens a “preparar terreno” indefinidamente.

Comparativamente, as transições *lúdicas* ou *experimentais* não são economicamente viáveis para muitos dos jovens portugueses, já que implicam despesas incomportáveis e, nas transições progressivas, as dificuldades globalmente sentidas na compra ou aluguer de habitação revestem-se de particular destaque. O apoio familiar assume um papel fundamental na transição dos jovens para a vida adulta e as pressões exercidas pelas famílias, traduzidas em maior ou menor apoio financeiro, podem determinar o modelo de transição adoptado pelos jovens.

Este tipo de transição, talvez de todos o que melhor se assemelha ao modelo tradicional de transição para a vida adulta, constitui para a maior parte dos jovens, sobretudo das classes desfavorecidas, a transição bem-sucedida, uma vez que vai sendo assegurado um certo bem-estar ao longo das “etapas” percorridas. Ainda que não seja muito valorizada pelos grupos juvenis mais qualificados, a transição progressiva tem subjacente a noção de planeamento familiar e parentalidade responsável.

Nesta forma de transição, é efectuada uma diferenciação de papéis de género, que não é rígida, mas que tende a acentuar-se ao longo da transição, indiciando assimetrias na vida familiar. Os rapazes usufruem de alguma liberdade extra, algumas fugas no sentido das *transições lúdicas*; porém, desempenham a responsabilidade em assegurar um estatuto profissional minimamente estável, que permita a passagem pelas restantes “etapas”. As raparigas que passam gradualmente de filhas a esposas, acumulam uma dupla profissão, já que estão integradas profissionalmente e acumulam as responsabilidades domésticas quotidianas.

Este modelo, como referido, implica um certo apoio familiar já que os jovens permanecem em casa dos pais até uma idade tardia, com reduzidos encargos financeiros que lhes permite algumas poupanças; deste modo, são muitas vezes os pais que organizam o casamento e contribuem financeiramente para a compra de habitação.

A entrada na conjugalidade ou parentalidade, antes dos 20 anos, constitui-se enquanto opção contestada entre os jovens, tanto por motivos culturais como de ordem financeira, atribuindo este tipo de transição à geração dos seus pais e reconhecendo que as *transições antecipadas* implicam riscos e desvantagens.

As transições antecipadas incidem, sobretudo, no feminino: as raparigas, sujeitas a maior controlo familiar, entendem a constituição de uma nova família como uma oportunidade para se libertarem da superintendência verificada em casa dos pais. Paralelamente, este tipo de transição assume maior representatividade nas classes desfavorecidas, também enquanto resultado de fracas aspirações escolares, da entrada precoce no mercado de trabalho e da ausência de planeamento familiar, entre outras condições; por outro lado, são residuais entre os grupos com maior capital cultural e económico. Neste modelo, a passagem pelo universo juvenil é curta e periférica.

Como factor que distingue a antecipação na entrada da vida adulta, encontra-se a gravidez das raparigas. Muito embora a parentalidade precoce possa ter sido accidental e indesejada, também pode decorrer de uma estratégia deliberada para antecipar essa transição. Sobretudo as raparigas dos meios mais desfavorecidos, optam por alcançar a independência constituindo um novo ciclo familiar; para este grupo, a segurança e a estabilidade profissional assumem uma importância de maior relevo, uma vez que querem ser independentes ou pretendem sê-lo.

Nos casos de parentalidade precoce, este fenómeno não induz directamente a trajectórias desestruturantes, uma vez que, na maior parte dessas situações, os jovens recebem apoio familiar: ficam a viver em casa dos pais, enquanto reúnem condições para comprar a sua própria habitação. Os rapazes, geralmente, assumem a paternidade, casando ou vivendo em coabitação, sendo que, numa fase posterior, apostam na valorização profissional ou na conclusão dos trajectos de escolaridade.

Nas transições antecipadas, o que se verifica é a adaptação e a reconfiguração de estratégias, na definição dos projectos de vida. Na ordem inversa, e quando não se verifica um quadro de apoios como o referido, estas transições podem originar ou intensificar situações de exclusão social.

Hoje em dia, estão disponíveis inúmeras oportunidades e acções no domínio da educação e da formação, mas, na verdade, estas encontram-se distribuídas e dispersas de forma assimétrica pelos vários segmentos da população juvenil. A transição para a vida adulta dos jovens que provêm de meios desfavorecidos ou que abandonam precocemente o sistema de ensino, traduz-se num conjunto de riscos e constrangimentos, que condicionam os seus projectos e trajectos; ainda para mais, é uma situação agravada pelas condições de precariedade e insegurança profissional

actuais. Estas fragilidades tendem a prolongar, por vezes indefinidamente, a construção desses projectos, conduzindo ao adiamento da saída de casa dos pais, do casamento e da parentalidade, complexificando essas vivências.

Neste aspecto, verifica-se uma tendência para a sobreposição das *transições precárias* e *transições precoces*.

As **transições precárias** subentendem trajectórias de constante (re)adaptação dos jovens aos condicionalismos que vão enfrentando, como os vínculos de trabalho precários e o desemprego, integrando a categoria dos “trabalhadores descartáveis que se encontram hoje na área cinzenta entre a inserção efectiva no mercado de trabalho e a desinserção a longo prazo” (Guerreiro e Abrantes, 2007: 161). Estes jovens não dispõem de estabilidade profissional suficiente que lhes permita delinear projectos que passem pela saída de casa dos pais, induzindo a situações de angústia e fracassos: quando iniciam o processo de transição para a vida adulta, fazem-no com grandes incertezas.

Em transição precária, estes jovens são, geralmente, provenientes das classes mais desfavorecidas, com baixos índices de escolaridade e com inserções desqualificadas no mercado de trabalho. Na razão inversa, um jovem oriundo de uma classe mais favorecida entende esta precariedade como uma etapa, até porque os capitais familiares, as redes de interconhecimento para obter emprego, a trajectória académica, a compra de automóvel ou habitação e as próprias ajudas financeiras se constituem enquanto formas de apoio frequentes.

Em Portugal, este tipo de transição adquire uma elevada representatividade, considerando que um elevado número de jovens integra sectores informais do mercado de trabalho. Aqui, auferem baixos rendimentos e estão sujeitos a formas precárias de exercício profissional (com o sistema dos “recibos-verdes”), não lhes permitindo assumir responsabilidades financeiras ou compromissos a longo prazo - por exemplo, contrair empréstimo para habitação. Como recurso, adoptam como solução viver em casa dos pais, já casados ou em coabitação.

Mais frequente entre as raparigas que entre os rapazes, este tipo de transição permite interpretar a maior facilidade de integração e progressão profissional dos homens no mercado de trabalho.

No seu processo de transição, os jovens podem “cair em buracos negros” (Guerreiro e Abrantes, 2007), marcados pela precariedade e ausência de oportunidades, originando *transições desestruturantes*.

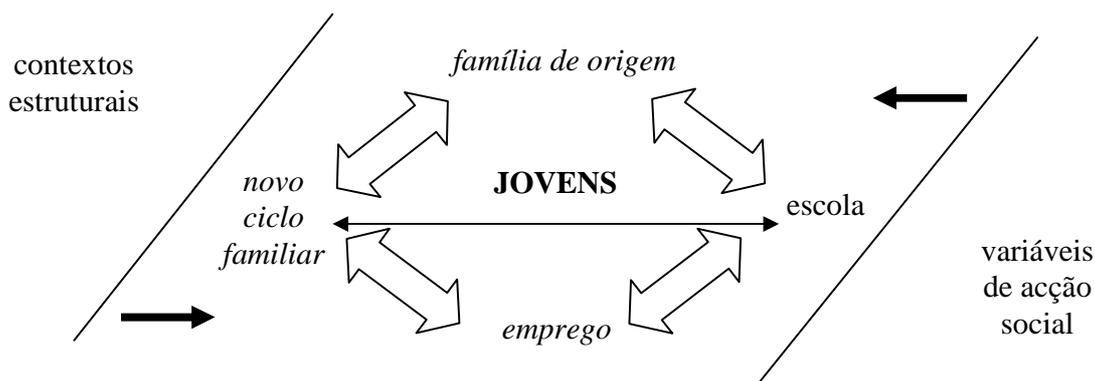
Este tipo de transição deriva, principalmente, de situações como a do desemprego de longa duração, anulando as hipóteses de integração social por estes jovens através do emprego. Naturalmente que este modelo de transição apresenta diferentes consequências, em conformidade com os grupos sociais em que se verifica. Nas classes sociais mais favorecidas, os recursos económicos das famílias tendem a ser transmitidos aos filhos, de forma a assegurar a integração e o sucesso dos jovens na passagem para a vida adulta. Nas classes desfavorecidas, a ausência de recursos tende a traduzir-se na escassez de oportunidades e opções dos jovens, logo a partir do sistema de ensino. Muitos destes jovens não conseguem integrar-se e ser bem-sucedidos na escola, não chegando a completar o ensino básico e restringindo o campo de possibilidades no domínio do emprego, aumentando o risco de exclusão social.

O modelo de *transição desestruturante* adquire maior expressão nas zonas suburbanas, se considerarmos a sua ligação ao fenómeno da exclusão social, em que são principalmente os jovens, oriundos desses bairros na periferia, que acabam por ver-se envolvidos em cenários de marginalidade e violência, sobretudo, por escassez de recursos e oportunidades. Esta situação é agravada pela desintegração a nível familiar e a falta de apoio durante a infância e adolescência, gerando inúmeros constrangimentos a estes jovens na definição das suas trajectórias e respectivos projectos de vida. O apoio familiar constitui-se enquanto factor potenciador ou limitador das oportunidades dos jovens, diminuindo ou aumentando os riscos de exclusão. Considerando a associação entre trajectórias desestruturantes e questões territoriais, nas zonas social e economicamente mais problemáticas, são frequentes as práticas juvenis ligadas à marginalidade e à institucionalização, que tendem a acumular-se e a resultar em trajectos desestruturados.

Descritas as características, evidenciadas por Guerreiro e Abrantes (2007), quanto aos 7 tipos de transição para a vida adulta, dá-se continuidade ao presente exercício através da interpretação das principais dimensões que poderão explicar: primeiro, a trajectória de vida dos jovens entrevistados; e, em seguida, os principais constrangimentos na definição de projectos de futuro e o momento de ocorrência, permitindo delinear o tipo de transição.

2.2 Dimensões

Essas dimensões reportam-se à família (de origem), educação, emprego e novo ciclo familiar - modelo quadrimensional que é, aliás, recorrente em investigações sociológicas realizadas em torno das transições para a vida adulta.



A decisão por este modelo está particularmente relacionada com as pesquisas realizadas que revelam, simultaneamente, as reconfigurações implicadas nas instituições familiares, escolares e no domínio do emprego. Ou seja, assiste-se à intermitência da linearidade tradicionalmente patente nos percursos juvenis, em que, após percursos educativos - *mais ou menos longos* - ocorria a inserção no mercado de trabalho - *também com maior ou menor rapidez e facilidade, explicada pela família e respectiva classe social de origem* - e o início de um novo ciclo familiar através da conjugalidade - *casar e ter filhos*.

Desconstruindo esta explicação, tradicionalmente o percurso de transição para a vida adulta decorria ordenadamente pelas fases de educação → emprego → novo ciclo familiar: conjugalidade e fecundidade.

Actualmente, assiste-se à descontinuidade destas etapas, por esta ordem. Ou seja, a celebração do casamento não tem que anteceder a parentalidade, tal como era vinculativo nas sociedades tradicionais, e o final do percurso educativo não implica a entrada directa no mercado de trabalho, seja pela actual conjuntura de precariedade ou pelas opções individuais na aposta contínua de níveis mais elevados de escolarização (retomando a Escola).

Assim, a representação anterior do modelo de análise reflecte, não apenas as quatro dimensões essenciais para a verificação e observação dos processos de transição para a vida activa, mas também factores da acção social e estrutural que influenciam necessariamente a ordem, as formas de transição e os respectivos processos.

A influência da *família de origem* nos percursos de vida dos jovens justifica-se pela transmissão⁴ do *capital social* e *capital cultural* - repercutindo-se nas trajectórias escolares através do *capital escolar* - determinando a rede de conhecimentos informais que poderão potenciar, ou não, o acesso ao mercado de trabalho (Bourdieu, 1979; 2001). Daí que, constituindo-se enquanto variável, a situação de classe dos pais dos entrevistados foi considerada metodologicamente.

Podemos, então, considerar as *variáveis de acção social* como sendo as práticas dos actores sociais quanto à escola, num primeiro momento, e face ao trabalho e à conjugalidade/parentalidade numa segunda fase, pesando a influência dos capitais sociais, culturais, escolares no percurso de vida que o próprio actor vai percorrendo.

Naturalmente que a conjuntura socioeconómica se traduz, sobretudo, no acesso ao mercado de trabalho e nas formas que o próprio sistema de emprego pode assumir. O processo de transição para a vida activa é, ele próprio, um reflexo dos *contextos estruturais* e dos determinismos da sociedade a este nível. A tendência actual para a flexibilização remete-nos para condições de trabalho e vínculos laborais precários, diversificados e temporários.

Assim, pode assumir-se que a transição para a vida adulta resulta de uma adaptação estrutural entre as identidades e as próprias sociedades.

Hipoteticamente, e atendendo à descontinuidade⁵ das formas que consolidam a transição para a vida adulta, podem sistematizar-se diferentes ordens no decurso desses processos, existindo naturalmente outras configurações para além das enunciadas:

educação → desemprego → prolongamento da dependência da família de origem

educação → emprego → educação → novo ciclo familiar

⁴ Ver pág. 7

⁵ Ver pág. 15

educação → emprego → novo ciclo familiar → conjugalidade → parentalidade

educação → emprego → parentalidade

educação → emprego → parentalidade → novo ciclo familiar → prolongamento da dependência da família de origem

educação → parentalidade → prolongamento da dependência da família de origem → emprego

educação → parentalidade → educação → emprego → conjugalidade

A dimensão *educação* está presente em todas as fases do curso de vida, importando “apurar” em que medida os diferentes graus de escolarização influenciam as dimensões *emprego* e *novo ciclo familiar*, na efectiva transição para a vida adulta. Também a este nível será importante aferir a preponderância da classe social de origem nos percursos escolares dos jovens entrevistados.

Assim, *serão as aspirações escolares e profissionais dos jovens de Loures estruturadas pelos seus contextos de origem?*

O *emprego*, de acordo com o levantamento teórico do capítulo anterior, assume uma importância fundamental na transição para a vida adulta, na medida em que permite a autonomização económica e, conseqüentemente, a assunção de responsabilidades já associadas ao estado adulto, como a saída de casa dos pais e o início de uma nova família. Ao constituir-se o *emprego* enquanto dimensão pretende-se, por um lado, esclarecer como decorrem os processos de entrada no mercado de trabalho - e se, decorrente desta inserção, aumentam os níveis de autonomização económica destes actores - e quais as modalidades de estabilidade profissional existentes, cruzando-se os níveis de escolaridade com as expectativas profissionais ou se, em sentido inverso, a inserção no mercado de trabalho não é concretizada, implicando o desemprego.

Então, *de que forma a integração profissional implica a saída de casa dos pais?*

Para além da contextualização das formas de transição para a vida adulta, em função da classe social dos jovens (através da família de origem), importa explorar o sentido que estes agentes conferem à conjugalidade e à importância de um *novo ciclo familiar*, com o casamento e, decorrentemente, a parentalidade.

E *será que a inserção profissional antecede sempre a parentalidade?*

3. Dispositivo metodológico - instrumentos de observação e recolha de informação

Definindo a transição para a vida adulta dos jovens enquanto objecto central desta tese, constituiu-se como intenção metodológica desconstruir as representações e os sentidos que um determinado grupo de jovens atribui às dimensões anteriormente exploradas. Neste contexto, privilegiou-se a observação dos percursos destes actores sociais, começando por analisar as suas orientações face ao emprego, à formação/ educação e família de origem, conhecendo assim as suas trajetórias presentes para, num momento posterior, se proceder ao enquadramento das diferentes etapas de transição e respectivas configurações.

3.1 Métodos e técnicas

A este nível privilegiou-se, enquanto estratégia de investigação, a **metodologia intensiva** ou estudo de casos, procurando analisar em profundidade as características, representações e práticas de uma amostra, seleccionada de acordo com o objectivo assumido. Neste campo das intersubjectividades, considera-se que a observação empírica deve assentar numa metodologia de natureza qualitativa. Definindo como amostra um grupo de jovens do concelho de Loures – e adiante esta opção metodológica será justificada – a presente análise não revela ambições de representatividade em larga escala ou de extrapolação para o universo da juventude no âmbito da transição para a vida adulta, não induzindo a generalizações neste sentido.

É, pois, intenção examinar as estratégias definidas por um grupo de jovens específico, geograficamente localizado e as respectivas formas de transição no futuro, em diferentes dimensões. Se, por um lado, a pesquisa aqui proposta “perde” em extensão e representatividade, “ganha na intensividade da análise” (Almeida e Pinto, 1995: 198), sublinhando que, o que se pretende, particularmente, é “uma descrição fina” das práticas e representações de uma unidade social em observação, e uma “análise de interligações” entre elas (Costa *in* Silva e Pinto, 1986).

Privilegiaram-se as **técnicas de pesquisa não documentais**, através da **observação não participante**, tendo-se optado pela **entrevista** enquanto procedimento de recolha de informação

(Almeida e Pinto, 1995), permitindo a percepção “do sentido que as pessoas atribuem às suas acções” (Almeida e Pinto, 1995: 213).

A aplicação das entrevistas não obedeceu à construção de um guião rígido ou a perguntas estruturadas, adoptando uma directividade relativa. Foram, pois, concretizadas **entrevistas semi-directivas**, tendo sido preparado um conjunto de questões-chave sob a forma de perguntas abertas, sobre as quais se pretendia informação. Estas perguntas iam sendo colocadas circunstancialmente ao longo da entrevista e não necessariamente pela disposição em que foram anotadas. Este exercício teve como intenção deixar o entrevistado falar abertamente, “contar-se” através das expressões que pretendia e pela ordem que entendesse adequada; simultaneamente, foi feito o esforço pela investigadora em colocar questões que o entrevistado não reconheceria sozinho, também para direccionar a entrevista para a finalidade pretendida.

Como técnica de tratamento da informação obtida, foi privilegiada a análise de conteúdo; esta é definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não), que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1988).

Do conjunto das técnicas da análise de conteúdo, foi utilizada a análise categorial por ser a ajustada à análise pretendida. Procedeu-se, assim, à divisão do “corpus” em unidades de registo, visando a categorização das “palavras” e “temas” enquanto “unidades de significação”. Ao invés da abordagem quantitativa, que se funda na frequência de aparição de certos elementos da mensagem, a abordagem não quantitativa aqui aplicada recorre a indicadores não frequenciais susceptíveis de permitir inferências e “conhecer” os significados por detrás das informações recolhidas (Bardin, 1988; Vala *in* Silva e Pinto, 1986).

As inferências fundaram-se, através desta análise qualitativa, pela presença do “tema” ou “palavra” em cada entrevista, relacionados com as dimensões e indicadores definidos. Foram, assim, constituídas “categorias discriminadas” para a contextualização das mensagens, agrupadas sob os títulos conceptuais de “família”, “escola”, “emprego” e “novo ciclo familiar”.

Tendo identificado o método e a técnica melhor ajustada aos objectivos, foi necessário definir o campo de amostra para análise empírica, interrogando-se as formas de acesso à população-alvo. *Como chegar aos jovens e quais?*

3.2 Construção da amostra

Para este efeito, o primeiro passo constituiu-se na restrição da amostra aos jovens do concelho de Loures, na faixa etária entre os 16 aos 30 anos, ao contrário dos 15 e os 29 anos por vezes adoptado em estudos sobre transições juvenis. O limite inferior é determinado pela possibilidade legal associada de inserção no mercado de trabalho e o limite máximo, por sua vez, reporta-se aos 30 anos, atendendo ao prolongamento, com reflexos etários, das fases tradicionais de entrada na vida adulta.

Em seguida, por não se pretender uma pesquisa exaustiva sobre o objecto em estudo e não requerendo, por conseguinte, uma análise quantitativa sobre uma amostra numericamente extensiva, definiu-se como procedimento a constituição de uma amostra intencional. Esta intencionalidade é justificada pelo propósito em seleccionar os elementos a serem incluídos, de forma a viabilizar uma maior heterogeneidade e diversidade que se pretende conferir ao universo a analisar. Quanto mais diferenciados fossem esses percursos de vida, ao nível das discrepâncias de origem social, género, escolaridade, conjugalidade, profissão, maiores seriam as possibilidades em reconhecer as diferenças ou semelhanças no processo de transição para a vida adulta, ainda que circunscritas à amostra intencionalmente seleccionada.

Foi considerado, assim, que as diferentes representações e sentidos atribuídos ao futuro, por estes jovens, potenciariam o enriquecimento desta análise, procurando compreender as suas trajectórias passadas, as condições em que vivem no presente e os seus projectos futuros em função dessa diversidade, procurando caracterizar o tipo de transição para a vida adulta.

Neste âmbito, foi considerada a caracterização dos indicadores socioprofissionais de classe e, paralelamente, os perfis socioeducacionais, tanto dos jovens entrevistados como das respectivas famílias de origem, procurando contextualizar essas trajectórias com base na matriz figurativa para este efeito (Costa, 2008: 228).

Por último, a análise das entrevistas obedeceu a uma apreciação vertical, ou seja, foi analisada aprofundadamente cada entrevista, procurando-se respostas a um nível singular e tentando compreender-se as motivações pessoais, representações e expectativas; depois, tentou aplicar-se uma análise horizontal com o objectivo de se poderem estabelecer comparações e relação entre os entrevistados.

3.3 Condições de aplicação

Foram realizadas 16 entrevistas em que, através da estratégia metodológica da semi-directividade, se procurou uma reconstituição biográfica apurada, contextualizando as trajectórias destes jovens no âmbito das quatro dimensões: família, escola, emprego e novo ciclo familiar.

Privilegiando-se a actividade profissional da investigadora, desenvolvida na Área da Juventude/Divisão de Educação e Juventude do Departamento Sociocultural da Câmara Municipal de Loures, a rede de contactos materializou-se a partir do conhecimento de alguns jovens com base na sua participação em algumas das actividades autárquicas e através da articulação com uma associação juvenil concelhia, cuja intervenção se situa no Bairro das Sapateiras. Acrescente-se que ao nível da amostra, ainda que intencional, não existia nenhuma relação de proximidade entre a investigadora e os entrevistados; essa intencionalidade é justificada por uma “intuição” relativa à diversificação das origens sociais destes jovens e pelo reconhecimento de diferenças nos seus percursos de vida.

Foram, pois, realizadas 16 entrevistas, que se justificam por critérios de exequibilidade; em virtude da natureza qualitativa do presente exercício, este número foi considerado ajustado para a obtenção de diferentes trajectórias juvenis. Neste sentido, no conjunto das 16 entrevistas, 7 foram realizadas no Bairro das Sapateiras, utilizando-se como local de entrevista a «sala lúdica», existente no espaço da associação que aí intervém; a colaboração desta estrutura juvenil foi fundamental para a aproximação aos jovens do Bairro, atendendo às dificuldades que um outro tipo de abordagem poderia implicar.

Reitera-se que a opção pelos restantes 9 entrevistados resultou da sua ligação à autarquia através do Programa de Ocupação de Tempos Livres, bem como pelo seu envolvimento em actividades camarárias nas áreas do *graffiti* e Capoeira.

Das 16 entrevistas individuais, 12 jovens são do sexo masculino e 4 do feminino. As 7 entrevistas, possibilitadas pela associação de jovens do Bairro das Sapateiras, foram efectuadas a rapazes (não tendo sido possível, durante esse período, registar os testemunhos de raparigas uma vez que não se encontravam na sede da associação no momento das entrevistas, o único possível para a entrevistadora). Assim, através das entrevistas realizadas a estes jovens, foi possível o acesso a percursos de vida diferentes dos recolhidos pelo restante conjunto de jovens entrevistados. Antes, já tinham sido entrevistados 5 rapazes e 4 raparigas; numa tentativa de diversificar os perfis e trajectórias juvenis a abordar, enveredou-se pelo contacto com os jovens residentes no Bairro das Sapateiras através da referida associação (ainda que com a desvantagem de serem apenas do sexo masculino).

Acrescenta-se que, do conjunto dos entrevistados, 10 jovens são de nacionalidade portuguesa – sendo um deles de origem cigana e outros 3 descendentes de imigrantes moçambicanos e angolanos; 2 são de nacionalidade cabo-verdiana; outros 2 moçambicanos; 1 guineense; e 1 angolano. O maior peso dos rapazes pode ainda ser explicado pela “resistência” das raparigas à situação de entrevista. Após a surpresa inicial quanto ao interesse académico que os seus contextos de vida poderiam revelar, a maior parte dos jovens contactados acedeu à entrevista. Porém, três jovens do sexo feminino demonstraram disponibilidade inicial para este efeito mas, posteriormente, recusaram. Assim, em função dos constrangimentos de tempo para a execução da tese e pela necessidade da realização das entrevistas, os rapazes aparecem sobre-representados; todavia, tal não se traduziu em desvios quanto à diversificação de perfis dos entrevistados.

No conjunto dos 16 entrevistados, 6 estão empregados, ainda que um seja simultaneamente estudante, e dessas inserções profissionais, apenas um tem um vínculo contratual estável na empresa. Complementarmente, 4 entrevistados vivem uma situação de desemprego e os restantes 6 frequentam a escola, dos quais dois realizam tarefas remuneradas residuais (optando paralelamente por trabalhos pontuais).

Ainda que apresentem perfis habilitacionais diversificados, na verdade todos eles detêm níveis de escolaridade mais elevados que os pais. Muito embora se tenham verificado percursos com índices de aproveitamento escolar bastante reduzidos e, conseqüentemente, um nível de abandono precoce do sistema escolar, os graus de ensino dos progenitores eram, mesmo assim, inferiores. Assim, em 16 jovens, verifica-se 1 situação de pós-licenciatura, 1 licenciado, 4 jovens com licenciaturas em curso e 1 desistência neste âmbito, 3 jovens com o ensino secundário e 6 jovens com qualificações ao nível do ensino básico do 2º e 3º ciclos, sendo que grande parte destas vivências escolares resultaram em abandono.

À excepção de três entrevistados que têm autonomia face ao agregado familiar e habitam em casa própria, sendo um deles casado, os restantes 13 jovens vivem com os pais; neste conjunto, verificaram-se duas situações de parentalidade precoce.

3.4 As entrevistas

As entrevistas foram realizadas entre Março e Setembro de 2007; em média, cada uma durou cerca de 2 horas, tendo sido gravadas com a respectiva autorização e transcritas integralmente. Este processo de recolha de informação ocorreu em contextos informais diversificados, referindo-se os cafés e outros espaços de convívio como locais privilegiados e a sala de reuniões existente na sede da associação juvenil Concelhia que intervém no Bairro das Sapateiras.

Ainda que não se tivesse construído um guião de entrevista fechado, delinearam-se alguns tópicos, convergentes com os indicadores definidos para cada uma das dimensões em análise. Estes jovens foram, assim, conduzidos para “se contarem” ao nível de: contextos familiares, graus e níveis de dependência familiar – “dimensão família (de origem)”; reconstituírem pormenorizadamente os seus percursos escolares, indicando as escolas onde estudaram, as suas disposições face ao estudo, relação com colegas e professores, a existência ou não de reprovações – “dimensão escola”; a ocorrência de experiências anteriores de trabalho e sua descrição detalhada, a profissão pretendida, expectativas ou apreciação quanto à inserção no mercado de trabalho, nos casos em que se verificou a materialização da entrada na vida adulta, o seu posicionamento quanto à importância das habilitações académicas e sua implicação nas

trajectórias profissionais, expectativas e apreciação quanto às condições materiais de existência, posições relativamente à insegurança no emprego e percursos profissionais, factores de influência sobre as escolhas escolares e/ou profissionais – “dimensão trabalho”; e expectativas/ opiniões face às relações afectivas, compreendendo o casamento e filhos – “dimensão novo ciclo familiar”.

Genericamente, as entrevistas centraram-se em dois momentos contextualizados: a) condições relativas ao percurso de vida, situadas no passado e presente; b) expectativas e projectos de futuro, no âmbito profissional e pessoal.

Desta forma, procurou-se uma reconstituição destes “percursos de vida”, considerando os contextos sociais de origem, os trajectos, projectos e estratégias para o futuro, em função, simultaneamente, da actual conjuntura social e económica, pretendendo conhecer-se os eixos de referência “desenhados” por estes jovens, num processo de transição para a vida adulta.

4. Análise dos Dados

Nesta fase do actual exercício, foi privilegiada a abordagem anterior realizada por Guerreiro e Abrantes (2007), identificando sete tipos de transição para a vida adulta⁶. Pretendendo enriquecer e otimizar os dados recolhidos neste trabalho com contributos já verificados em investigações prévias, constituiu opção metodológica de análise dos dados o cruzamento de um conjunto de informações relativas a cada um dos entrevistados. Assim, foi apurada a respectiva condição social de origem através dos indicadores sócio-escolares dos próprios e da família de origem, a condição perante o trabalho e as expectativas futuras numa dupla questão, face ao trabalho e à constituição de uma nova família.

Enquadrando cada entrevistado quanto às dimensões definidas – escola, trabalho e família – a realização de uma grelha comparativa permitiu uma aproximação ao tipo de transição em causa. Desta forma, propõe-se em seguida uma análise dos dados que pretende classificar as formas de transição para a vida adulta, de acordo com a tipologia já referida.

4.1 Os entrevistados e os seus trajectos de transição para a vida adulta

Antes de iniciar o momento de análise dos dados recolhidos, considera-se pertinente a sistematização das principais características dos jovens entrevistados permitindo-nos, desde já, identificar o tipo de transição para a vida adulta. Relevam, pois, os elementos das trajectórias de vida destes actores quanto à classe social de origem, níveis de escolaridade dos próprios, a integração profissional, onde e com quem vivem, e as orientações/ escolhas para o futuro.

A tipologia classificatória da classe social de origem dos entrevistados foi retirada de António Firmino da Costa (2008); corresponde à última actualização da matriz de determinação dos lugares de classe, sugerida pela equipa constituída pelo autor com Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida. As categorias socioprofissionais sintetizam diversas combinações entre indicadores como a condição perante o trabalho, a profissão, a situação na profissão e a escolaridade. A construção destes dados, relativos à estrutura de classes em Portugal, baseou-se nos *Recenseamentos da População* de 1981 e 2001 (INE) (Almeida et al., 2003; Costa, 2008).

⁶ cf. p. 20

Grelha de caracterização dos entrevistados e tipos de transição

<i>entrevistado</i>	<i>idade</i>	<i>nacionalidade</i>	<i>classe social de origem</i> ⁷	<i>escolaridade</i>	<i>condição perante o trabalho</i>	<i>integração profissional</i>	<i>modo de residência</i>	<i>orientação</i>	<i>tipo de transição</i> ⁸
Pedro	27 anos	Portugal	Classe popular (TIpl)	pós-licenciatura (Design Industrial)	empregado/ recibos verdes PTE	forte	em casa dos pais	trabalho	profissional
Rui	24 anos	Portugal	Classe popular (TIpl)	licenciatura em curso (Design Gráfico)	estudante	instável/ experiências de trabalho residuais	em casa dos pais	lazer	lúdica
Madalena	23 anos	Portugal	Classe média e alta (EDL)	licenciatura em curso (Design Gráfico)	estudante	progressiva/ experiências de trabalho residuais	em casa dos pais	futuro	progressiva
Catarina	24 anos	Portugal	Classe média e alta (PTE)	licenciatura em curso (Educação Social)	trabalhadora/ estudante	forte/ situação contratual efectiva	em casa dos pais	futuro	progressiva
Carlos	29 anos	Cabo-Verde	Classe popular (AEpl)	frequência universitária (desistiu)	empregado por conta própria TI	progressiva	em casa própria	responsabilidade familiar	antecipada
João	20 anos	Portugal (origem cigana)	Classe popular (TI)	5º ano	desempregado O	instável	em casa dos pais	adaptativa	precária
António	17 anos	Portugal (mãe moçambicana)	Classe popular (EE)	6º ano	desempregado O	instável	em casa dos pais	adaptativa	precária
Filipe	26 anos	Moçambique	Classe popular (AEpl)	8º ano	desempregado O	instável	em casa dos pais	adaptativa	precária
André	17 anos	Cabo-Verde	Classe popular (TIpl)	9º ano	estudante	progressiva	em casa dos pais	futuro	progressiva
Bruno	20 anos	Moçambique	Classe popular (EE)	12º ano – curso profissional	empregado/ contrato a prazo EE	instável	em casa dos pais	responsabilidade familiar	antecipada
Francisco	18 anos	Portugal (mãe moçambicana e pai português)	Classe popular (AEpl)	8º ano	desempregado O	instável	em casa dos pais	adaptativa	precária
Manuel	30 anos	Portugal	Classe popular (não sabe)	5º ano	empregado/ contrato a prazo O	periférica	em casa de um amigo	sobrevivência	desestruturante
Tiago	19 anos	Guiné-Bissau	Classe popular (AEpl)	12º ano em curso	estudante	progressiva	em casa dos pais	futuro	progressiva
Eduardo	18 anos	Angola	Classe média e alta (PTE)	12º ano	estudante	progressiva	em casa dos pais	futuro	progressiva
Ana	23 anos	Portugal	Classe popular (TI)	licenciatura (História Moderna e Contemporânea)	empregado/ contrato a prazo EE	instável	em casa dos pais	adaptativa	precária
Teresa	22 anos	Portugal	Classe popular (EE)	licenciatura em curso (Sociologia)	estudante	instável	em casa própria	responsabilidade familiar	antecipada

⁷ considerando o indicador socioprofissional dos pais: **EDL** – empresários, dirigentes e profissionais liberais; **PTE** – profissionais técnicos e de enquadramento; **TI** – trabalhadores independentes; **TIpl** – trabalhadores independentes pluriactivos; **AI** – agricultores independentes; **AIpl** – agricultores independentes pluriactivos; **EE** – empregados executantes; **O** – operários; **AA** – assalariados agrícolas; **AEpl** – assalariados executantes pluriactivos (Costa, 2008: 228)

⁸ Guerreiro e Abrantes, 2007: 151; 2005: 170

Pedro (27 anos)

Trabalho desde que saí do curso, em 2001, e tenho trabalhado sempre na área em que me licenciarei (...) no futuro, quero manter-me nesta área e criar a minha própria empresa ou ser dono de uma empresa (...)

Considerando a forte permanência no mercado de trabalho, o processo de transição deste jovem para a vida adulta é de tipo *profissional*. A orientação manifestada assenta na realização profissional e num eventual regresso à escola para aquisição/ consolidação de competências numa iniciativa própria de qualificação e, eventualmente, enquanto estratégia para futura progressão num sistema profissional competitivo. Confirma-se, neste tipo de transição, um índice de escolaridade elevado e o adiamento na saída de casa dos pais, embora Pedro revele intenções de concretizar projectos familiares a curto prazo, como o casamento ou a compra de habitação (desejando, assim, o “pacote familiar”). Por enquanto e permanecendo em casa da família de origem, são os pais a suportar a maioria das despesas domésticas, preferindo que Pedro poupe para o futuro.

Apesar do forte envolvimento profissional, o vínculo contratual é precário; embora Pedro nunca tenha passado por uma situação de desemprego desde que finalizou o ensino superior, registam-se situações de instabilidade profissional, agravadas pela persistência dos “recibos verdes”,

Rui (24 anos)

Desisti (...) tava num call-center a perder cinco horas por dia quando, tipo, passo sete horas na escola e, fazendo as contas, tinha doze horas pelo meu dia, dormia à volta de sete horas, quando via as contas, almoçar e não sei quê, sobravam-me o quê...três horas p'ra eu fazer alguma coisa

Ainda que Rui apresente um índice elevado de escolaridade, este nível académico foi atingido “sem grande esforço”, uma vez que foi desenvolvendo um longo trajecto de escolaridade com algumas oscilações e sem reflectir um grande envolvimento nas áreas de estudo: teve três repetências escolares e ingressou na faculdade com 21 anos, tendo até então privilegiado o convívio com o grupo de amigos e saídas à noite, aproveitando as ofertas culturais e de lazer para a juventude. Considerando esta trajectória, o processo de transição de Rui para a vida adulta é de carácter *lúdico*.

Muito embora não seja proveniente de uma classe média/ alta, ao contrário da configuração proposta por Guerreiro e Abrantes (2005; 2007), os encargos financeiros são assumidos pela família, sendo que Rui acumula experiências de trabalho residuais; verifica-se, porém, que a intenção na procura de um emprego não se fundamenta na potencial ajuda nas despesas domésticas familiares, mas, sim, na concretização dos consumos culturais e de lazer, como o ir de férias.

A orientação deste jovem é para o lazer, ainda que delineie alguns projectos após a conclusão da licenciatura, mas que não reflectem, necessariamente, as competências que adquiriu. Pela sua ligação à actividade do *graffiti*, a pretensão profissional de Rui passa pela criação da sua própria empresa na área do *graffiti*, reconhecendo que as prestações de serviços que já teve nessa área foram bem remuneradas e mais compensatórias, comparativamente a outra situação de trabalho que já teve.

Não revelou projectos no âmbito da conjugalidade, reconhecendo que essa responsabilidade, a par da paternidade, é assumida cada vez mais tarde.

Madalena (23 anos)

Agora que acabou o quarto ano, como é que vai ser, se vou ter alguém, se vou conseguir...também não quero desiludir os meus pais que já fazem pressão “tens que entrar e tens que conseguir, começa a enviar currículos”, tenho medo de não estar à altura porque o mercado tá saturado em tudo.

A orientação de Madalena estrutura-se em relação ao futuro, revelando preocupações no acesso ao mercado de trabalho. Considero o seu processo de transição para a vida adulta de tipo **progressivo**. Esta jovem apresenta um percurso académico sólido e um nível de escolaridade elevado, programando as “etapas” nesse projecto de transição que se inicia pela via profissional. Adiando a saída de casa dos pais, apresenta-se relativamente tranquila em função do apoio financeiro dado pela família de origem, para as pretensões académicas e outras na esfera dos consumos e do lazer; receia o abandono da casa dos pais, uma vez que lhe atribui o início de uma nova fase, ausente desse apoio financeiro. Subentende-se que Madalena procura uma “transição bem sucedida”, uma vez que se verifica um esforço para que esta se concretize sem grandes sobressaltos.

Esta jovem não revela projectos, a curto prazo, direccionados para a conjugalidade, reconhecendo a falta de identificação com o casamento e uma opção, a longo prazo, pela coabitação.

Catarina (24 anos)

Tou agora a terminar a faculdade e estou contente da vida porque só faltam duas prestações para terminar (...) tenho outro tipo de objectivos (...) para além de encontrar um trabalho na área (...) quero comprar uma casa e isso tudo...também a loja, mais uma vez, tá ali que é uma segurança.

Estando numa fase de conclusão da licenciatura, Catarina acumula um emprego em regime de *part-time* como vendedora numa loja de desporto, o que lhe permitiu suportar as despesas com o ensino superior. Com um percurso escolar regular, identifica como principal preocupação o ingresso no mercado de trabalho na área de formação. Porém, se isso não acontecer a curto prazo, pretende a passagem das 5 horas do actual emprego para um horário em *full-time*, já que lhe permite transitar para as “fases” seguintes, nomeadamente para o casamento e a compra de habitação. Não tendo ainda abandonado a casa da família de origem, manifestou a intenção numa “vida a dois” para o mais rapidamente possível.

Considerando a orientação desta jovem para o futuro, o tipo de transição para a vida adulta é *progressivo*, não se afastando, porém, do tipo de transição profissional uma vez que apresenta uma condição perante o trabalho estável, já que tem um vínculo efectivo com a entidade empregadora. Sobressaindo a motivação para a conjugalidade, em detrimento do investimento profissional exclusivo, regista-se também que Catarina pretende uma transição bem sucedida e sem grandes sobressaltos, programando e cumprindo as “etapas” mais ou menos lineares de transição para a vida adulta.

Carlos (29 anos)

Tenho uma filha com sete anos mas não vive em Portugal (...) vive na Holanda (...) de uma namorada que tive (...) aconteceu (...) tentamos estar juntos para aí quatro vezes num ano.

Com uma orientação para a responsabilidade familiar, Carlos iniciou o seu processo de transição para a vida adulta com a paternidade, aos 22 anos, revelando, assim, um padrão **antecipado** de transição.

As novas dinâmicas familiares e as atribuições simbólicas ao núcleo familiar adquirem, neste caso, uma expressividade relevante, representativa da monoparentalidade. Reconhecendo que foi uma gravidez não planeada, Carlos visita a filha que está com a “mãe” na Holanda e vive em coabitação com a actual companheira, em casa própria.

Regista-se um percurso escolar regular e um nível académico elevado, com a frequência universitária; após desistência da licenciatura, optou pelo ingresso no mercado de trabalho, apresentando várias experiências de trabalho por conta de outrem; no projecto profissional mais recente, assume-se enquanto profissional liberal, por conta própria. Actualmente, não prevê o regresso à escola com vista à conclusão do trajecto académico.

Proveniente de uma classe social desfavorecida, com uma situação profissional instável, este jovem reconhece a ajuda financeira pontual dos pais, para assegurar o pagamento de algumas despesas domésticas.

João (20 anos)

Fiz só o 5º ano...depois saí da escola (...) tive que trabalhar p'ra ajudar a minha mãe (...) que estava detida.

A transição para a vida adulta deste jovem é caracterizada pelo abandono precoce do sistema de ensino, condicionando a concretização dos projectos que define e aumentando os constrangimentos na sua trajectória. Orientado para a adaptabilidade, ajustando-se às contingências que vai encontrando, o tipo de transição de João para a vida adulta é **precário**.

Oriundo de uma classe social desfavorecida e a viver em casa da família de origem, sem certificações escolares, João encontra-se desempregado e vai circulando entre “biscates”, acumulando o subsídio de desemprego, uma vez que foi despedido do último emprego.

Reconhece que, das tentativas na procura de emprego que tem vindo a encetar, não tem obtido resposta positiva, em virtude das baixas qualificações escolares que detém.

Sem apresentar grandes projectos a curto prazo, apenas reforça a necessidade de integrar um emprego estável, para poder viver as “etapas” seguintes desse processo de transição, nomeadamente o casamento e a saída de casa dos pais, com a compra ou aluguer de habitação.

António (17 anos)

Fui até ao 7º ano, já tinha o 6º completo (...) escolhi um curso profissional (...) estive lá um mês.

Com um percurso caracterizado pelo insucesso escolar e conseqüente abandono do sistema de ensino (cerca de um ano antes da entrevista), revela intenções no regresso à escola e concluir, pelo menos, a escolaridade obrigatória (3º ciclo do ensino básico). Proveniente de uma classe social desfavorecida e a viver em casa da família de origem, manifestou experiências de trabalho anteriores realizando alguns “biscates”.

O tipo de transição para a vida adulta de António é precária, pautando-se pela (re)adaptação aos condicionalismos e por uma orientação adaptável.

Filipe (26 anos)

Estou desempregado agora (...) depois não trabalhei mais...saí quando tinha 24...até agora trabalhei, mas em biscates.

O processo de transição para a vida adulta de Filipe caracteriza-se pela instabilidade profissional, fracos recursos escolares e adaptação aos “biscates” que vão surgindo, o que corresponde a um padrão *precário* de transição.

Com a escolaridade ao nível do 8º ano e o abandono do curso profissional com equivalência ao 9º ano, Filipe tem alternado entre diversos trabalhos desde os 17 anos: embalador; operário numa fábrica de papel e numa fábrica de plásticos; e, mais recentemente, num supermercado. Neste último trabalho, beneficiou de uma integração profissional estável, uma vez que estava com um vínculo efectivo à entidade empregadora; porém e alegando cansaço, uma vez que fazia o percurso Loures/Azambuja há já três anos, despediu-se. Filipe está desempregado há três anos, vivendo em casa dos pais e a sua pretensão é arranjar um emprego que lhe dê alguma

estabilidade, pretendendo o casamento e o abandono da casa da família de origem, a médio ou longo prazo.

André (17 anos)

Ainda não sei muito bem o que quero para o futuro...para já...passa pela escola...até ao 12º ano, pelo menos, agora com o curso...

Proveniente de um contexto social desfavorecido, André apresenta um padrão de transição para a vida adulta orientado para o futuro e, por isso, de tipo **progressivo**.

Apresentando um percurso escolar irregular e de insucesso, as suas aspirações a curto prazo são terminar o 3º ciclo do ensino básico e, depois, ingressar num curso profissional de Informática e concluir o ensino secundário.

Vivendo em casa dos pais, reconhece a importância das certificações formais nos sistemas profissionais contemporâneos, mas não projecta um percurso académico além do ensino secundário. Pesou, nesta análise, o facto de André ter prevista a concretização escolar e, em seguida, o acesso ao mercado de trabalho; organiza, assim, as “etapas” de transição, a que se poderá seguir a escolha do cônjuge, a progressão no emprego, a poupança, a compra de habitação, o casamento, a saída de casa e a parentalidade, ainda que não cumprindo necessariamente esta ordem.

Bruno (20 anos)

Gostava de ficar com o meu filho e com a minha namorada, em curto espaço de tempo (...) ele mora com a minha namorada (...) não foi uma gravidez planeada, aconteceu (...) mas não temos condições p’ra ficarmos juntos (...) ela também ainda mora com os pais

Com um capital escolar ao nível do ensino secundário, Bruno terminou há três anos o curso profissional em Informática, estando empregado há sete meses numa instituição particular de solidariedade social em Loures, com um vínculo precário.

Em consequência de uma gravidez acidental, este processo de transição para a vida adulta é **precoce**, estando Bruno orientado para a responsabilidade familiar. Neste caso, para este jovem proveniente de um contexto social desfavorecido, a parentalidade precoce não induziu a uma

trajectória desestruturante; uma vez que não estavam reunidas as circunstâncias materiais e financeiras que permitissem o casamento ou coabitação com a “namorada”, Bruno recebeu apoio familiar: permanece em casa dos pais, enquanto vai reunindo condições para vir a adquirir casa própria. Verifica-se, assim, um tipo de parentalidade *dependente*⁹, em que, tanto o “pai” como a “mãe”, dependem de apoios familiares (numa situação de maternidade e paternidade precoce). Neste tipo de transição, é frequente os jovens assumirem a paternidade e, mais tarde, apostarem na valorização profissional ou na conclusão dos trajectos de escolaridade. Esta tendência é, neste caso, confirmada, uma vez que Bruno revela intenção em regressar à escola, nomeadamente em ingressar no ensino superior.

Francisco (18 anos)

Fiz até ao 8º, chumbei (...) a seguir, fui logo p'ró curso (...) fui expulso.

Considerado um tipo de transição *precária*, Francisco revela uma orientação para a vida adulta assente na adaptação aos condicionalismos que vão surgindo. Detentor de um baixo nível de escolaridade, reconhece a importância da escola e das certificações formais, adiantando intenção em regressar à escola por facilitar o acesso ao mercado de trabalho.

Com 18 anos, já teve experiências de trabalho num restaurante de *fast-food* e numa serralharia; este último, após ter deixado a escola, assumindo que actualmente não faz nada. Mora com a mãe, também desempregada, e os seis irmãos, que vão subsistindo através de subsídios estatais; não conhece o pai.

Manuel (30 anos)

Tenho o 5º ano, depois desisti, fui obrigado a deixar os estudos p'ra trabalhar”

O jovem mais velho do conjunto dos entrevistados, apresenta uma orientação para a sobrevivência e um tipo de transição para a vida adulta *desestruturante*.

Com um percurso institucionalizado, não conhece os pais e detém uma reduzida trajetória escolar (ao nível do 2º ciclo do ensino básico incompleto), motivada pelo abandono escolar;

⁹ cf. p.18

considera que as certificações escolares formais não implicam o sucesso profissional ou sequer facilitam o acesso ao mercado de trabalho.

Trabalhando desde os 16 anos, revela uma integração profissional periférica, com várias passagens em múltiplas tarefas profissionais, nas áreas de hotelaria, construção civil, serralharia e reparação de automóveis.

Confirmam-se as características tipificadas por Guerreiro e Abrantes (2005; 2007). Neste jovem, com uma transição *desestruturante*, verifica-se que a ausência de recursos – sociais, familiares e económicos – tendem a repercutir-se na escassez de oportunidades e opções, logo a partir do sistema de ensino. Efectivamente, Manuel não conseguiu integrar-se e ser bem-sucedido na escola, não chegando a completar o ensino básico e restringindo o campo de possibilidades no domínio do emprego, aumentando o risco de exclusão social.

Manuel desenvolve, paralelamente, uma trajectória desviante como vendedor e “correio” de droga, reconhecendo que, na lógica do “desenrascanço” fomentada pela complicada conjuntura económica actual, os lucros que retira desta actividade ilícita são mais compensatórios, comparativamente a qualquer emprego formal que tenha. Identificando as consequências dessa actividade na eventualidade de ser descoberto e o seu carácter perigoso em situações de “ajustes de contas” ou de “produto defeituoso”, recorre a este meio para atingir os fins quando não tem dinheiro.

Esta situação é agravada pela desintegração a nível familiar e a falta de apoio durante a infância e adolescência; tais constrangimentos não favoreceram a definição de uma trajectória e o respectivo projecto de vida, não tendo Manuel quaisquer perspectivas de construção de um novo ciclo familiar.

Tiago (19 anos)

Sem licenciatura, [uma pessoa] tem menos probabilidades de se integrar no meio do emprego. Hoje as empresas só querem pessoas qualificadas e é mais difícil para quem não tem um curso.

Proveniente de uma origem social desfavorecida, Tiago apresenta um percurso escolar ao nível do secundário, reconhecendo a importância das competências escolares formais e revelando uma orientação para o futuro; assim, estamos perante um tipo de transição *progressiva*, em que este jovem tem programadas as “etapas” de transição, para que decorram com sucesso e sem

sobressaltos; atribui à licenciatura o papel catalizador do seu percurso de vida bem sucedido, motivado pela possibilidade de mobilidade social ascendente.

As expectativas escolares e profissionais são elevadas, considerando Tiago que, com uma licenciatura, será mais fácil aceder ao mercado de trabalho e será, igualmente, recompensado, progressivamente, através de uma remuneração e regalias sociais equivalentes ao seu esforço; por estes motivos, este jovem já tem escolhida a área de formação pretendida, em função da maior probabilidade de “saídas” profissionais futuras, aumentando as hipóteses de empregabilidade.

Não revelou experiências de trabalho, apenas dedicação exclusiva à escola; vivendo com a família de origem, gostaria que o ano de ingresso no ensino superior lhe permitisse novas experiências, como abandonar a casa dos pais e viver com amigos. Quanto às intenções perante a conjugalidade, assume o casamento e a parentalidade como projectos a longo prazo e apenas quando estiver garantida a estabilidade profissional, reiterando a pretensão no cumprimento progressivo das “etapas” de transição para a vida adulta, acautelando as condições que permitam o cumprimento da fase seguinte.

Eduardo (18 anos)

Vou para a universidade na Escócia (...) eu poderia até ficar em Portugal mas só que é o facto da falta de estabilidade aqui em Portugal (...) acredito que quando acabar o curso terei mais estabilidade (...) e oportunidades do que alguém que acabe o curso cá.

Com origem numa classe social média e alta, Eduardo concluiu o ensino secundário e irá prosseguir o ensino superior na Escócia, justificando essa opção através do maior nível de apoios educativos e oportunidades profissionais face a Portugal. Apresenta uma orientação para o futuro, traçando projectos de continuidade académica após a licenciatura, e estruturando o ingresso profissional posterior - considerando-se o seu processo de transição para a vida adulta de natureza **progressiva**. Eduardo ressalta a importância atribuída às competências escolares formais, por lhe permitir o acesso a uma profissão futura mais desafiante e de maior responsabilidade, optando por uma área de estudo independentemente das maiores probabilidades de “saída” profissional. Prevê, pois, que, após a conclusão do percurso escolar e eventuais primeiras experiências profissionais (realizadas na Escócia), o seu futuro profissional concretizar-se-á em Angola, uma vez que é angolano (mas, entretanto, naturalizado português para poder estudar na Europa). Este

regresso definitivo a Angola é motivado, uma vez mais, pelas maiores oportunidades de ingresso e realização profissional, comparativamente com Portugal, onde o valor social de uma licenciatura e pós-licenciatura se vai perdendo, não se reconhecendo os níveis de escolaridade elevada de muitos jovens no momento de entrada no mercado de trabalho.

Verifica-se que o abandono de casa dos pais, para Eduardo, coincide com o ingresso no ensino superior, continuando as despesas escolares a ser assumidas pela família de origem.

Pretende, progressivamente, percorrer as “etapas” para uma transição bem-sucedida, revelando intenções no casamento e parentalidade, uma vez que é praticante da igreja evangélica, mas apenas quando tiver assegurada a estabilidade profissional.

Ana (23 anos)

Terminei a licenciatura em História Moderna e Contemporânea há um ano (...) trabalho no Hospital de S. José como auxiliar administrativa (...) acaba por ser...pronto, é muito frustrante não estar na área...

Esta jovem apresenta um nível de escolaridade elevado sendo que a integração profissional não reflecte as competências escolares adquiridas; revela-se, assim, uma orientação adaptativa e um processo de transição para a vida adulta *precário*. Com origem social numa classe desfavorecida, Ana integra uma área de trabalho descoincidente com a sua formação e habilitações, prevalecendo a necessidade da remuneração em detrimento da realização profissional e induzindo a situações de angústia e fracassos. A integração profissional é instável, justificada pela natureza do trabalho realizado e, simultaneamente, pela situação contratual precária. Tal não lhe permite a assunção de responsabilidades financeiras ou compromissos a longo prazo, como, por exemplo, contrair empréstimos para aquisição de habitação.

Licenciada há um ano, Ana revelou outras duas experiências de trabalho: numa, em regime de voluntariado, aplicou as competências escolares adquiridas, mas não conseguiu a passagem para uma situação contratual e uma remuneração efectiva; na outra, desempenhou a tarefa de auxiliar de transporte escolar, também com contrato a termo certo. Há dois meses no actual emprego e com um contrato de seis meses, eventualmente renovável por igual período durante dois anos, vai desempenhando funções como auxiliar administrativa e continua a procurar emprego no domínio

da sua licenciatura; não rejeita a possibilidade de voltar à escola e investir numa área de estudo inserida no campo profissional actual, revelando expectativas de progressão no emprego e de conseguir uma eventual coordenação de equipa.

Segundo Guerreiro e Abrantes (2005; 2007), os jovens em transição *precária* tendem a adoptar padrões de vida híbridos e transitórios. Ainda que Ana tenha manifestado intenção no casamento, vai prolongando a estadia em casa da família de origem até conseguir uma estabilidade profissional, constituindo-se a conjugalidade e a maternidade enquanto projectos a longo prazo, entendendo-as inconciliáveis com uma realização profissional.

Teresa (22 anos)

Estou a terminar a licenciatura (...) casei-me há quase um ano (...) vivo com o meu marido

Antecipando a entrada na conjugalidade à conclusão da trajectória escolar, leva-nos a considerar uma orientação focada para responsabilidade familiar, constituindo-se uma transição para a vida adulta *antecipada*.

As *transições antecipadas* no feminino podem dever-se à necessidade de libertação, sentida pelas raparigas face a um maior controlo familiar - entendendo a constituição de uma nova família como oportunidade para se libertarem desta superintendência. Proveniente de uma classe social desfavorecida, não houve a constatação deste padrão no caso de Teresa, verificando-se que a realização da festa de casamento contou com o apoio financeiro parcial da família de origem. O modelo conjugal descrito pela jovem corresponde ao tipo *bastião*¹⁰ em que não existe grande espaço para actividades e lazeres vividos em separado pelo casal e a divisão de género está patente na dupla profissão e trabalho doméstico feminino, a par da responsabilidade profissional atribuída ao marido.

As experiências profissionais de Teresa são relativas a trabalho temporário em *call-center*, durante as férias escolares e como mera ocupação; prestes a concluir a licenciatura em Sociologia dos Recursos Humanos, a estratégia desta jovem, para aceder ao mercado de trabalho, passa pela procura de emprego exclusivamente na área de formação. As despesas domésticas são asseguradas pelo marido, professor de educação física com um vínculo profissional estável. As intenções de Teresa quanto à maternidade estão adiadas, constituindo um projecto a longo prazo.

¹⁰ cf. p.15

A curto prazo está o prolongamento da trajectória académica, com a concretização de uma pós-graduação, não apenas para consolidação de competências, mas sentida como necessária num contexto profissional competitivo.

No cenário futuro de maternidade, Teresa não rejeita a possibilidade de vir a abdicar do exercício de uma profissão, dedicando-se exclusivamente à educação e formação dos filhos.

Acrescenta-se, por último, que não se verificou, no conjunto dos jovens entrevistados, qualquer processo de transição para a vida adulta de tipo experimental que, segundo Guerreiro e Abrantes, são práticas bem mais frequentes nos países nórdicos que em Portugal. Aqui permanecem atitudes de resistência ao fenómeno da experimentação em “viver sozinho, com amigos ou em coabitação”, antes de serem assumidas responsabilidades e compromissos, justificados pela inexistência de apoio públicos e familiares para a sua concretização. O elevado preço das habitações, as condições de trabalho precárias, conduzem a que a maioria dos jovens adiem “a saída de casa dos pais até ao momento do casamento” (Guerreiro e Abrantes, 2007: 155).

4.2 Classe social e percursos escolares – intersecções objectivas

Assiste-se, nos últimos anos, a um prolongamento das carreiras escolares (Sebastião, 1998; Ferreira, 2006). Os perfis de relacionamento com a escola não são, porém, apenas o resultado de uma composição etária em que a idade determina os níveis e a frequência escolares, porquanto são igualmente o produto de atributos sociográficos, como os níveis de escolaridade dos pais e a origem de classe, sendo estes os que melhor explicam as diferenças estatutárias dos jovens perante o universo escolar (Cabral e Pais, 1998).

Podemos, pois, assumir que a construção de um projecto de futuro dos alunos passa, obrigatoriamente, pelas escolhas escolares que os mesmos concretizam. Emergindo de um campo de possibilidades onde interagem diferentes elementos como a família e as sociabilidades, a sua trajectória escolar depende, assim, do conjunto de disposições transmitidas pelo seu grupo social de pertença (Mateus, 2002), influenciando paralelamente os “sentidos” que estes actores sociais atribuem à escola (Abrantes, 2003).

Fiz só o 5º ano...depois saí da escola (...) porque tava sozinho com os meus dois irmãos, tive de trabalhar para ajudar a minha mãe (...) naquela altura tinha mesmo de ser, tinha que trabalhar que era p'ra ajudar os meus irmãos, o mais novo pelo menos e a minha mãe, que na altura também teve detida (...) tinha 15 anos.

João, masculino, 20 anos, origem cigana, 5º ano, desempregado, classe popular, transição precária

Na verdade, a escola vai alimentando as aspirações dos seus alunos, apresentando-se como «uma instituição cheia de promessas» (Abrantes, 2003: 14) que ficam, porém, por concretizar, na medida em que os jovens estudantes, originários das classes mais desfavorecidas, se vão distanciando do “saber” veiculado pelo sistema educativo. Estes alunos vão aumentando lentamente os seus níveis de escolaridade, mas sem que isso conduza à «mobilidade social ascendente» (Machado e Costa, 1998: 39), uma vez que acabam por confirmar a sua posição social, abandonando a escola e, no futuro, optando por uma profissão desqualificada.

Chumbei na 3ª classe, entrei com 7 anos, depois chumbei no 8º ano (...) a seguir fui logo p'ró curso profissional (...) operador de informática (...) na minha cabeça é: se eu estudar eu esqueço, tenho mesmo, tipo, que ouvir e...o que eu ouvir memorizo porque senão...na altura esqueço (...) tinha boas notas e tudo e...de repente (...) comecei a perder o interesse no final do 1º ano, eram dois anos (...) e depois olha, chumbei por faltas...

Francisco, masculino, 18 anos, descendente imigrantes africanos, 8º ano, desempregado, solteiro, classe popular, transição precária

Como referido anteriormente, a totalidade dos entrevistados confirma habilitações superiores às que os pais conquistaram, à excepção de 3 casos em que os progenitores, ou um deles, têm formação superior. Pesam nesta tendência, como já foi visto, as situações de reprodução do capital escolar de origem, em que os níveis de formação dos pais se *estendem* para o dos filhos. Isto se considerarmos que, hoje em dia, a conclusão do ensino secundário já não constitui factor de distinção social, muito embora possa estar sujeito a probabilidades sociais variáveis. Mas, ainda assim, está ao alcance da maioria das descendências escolares. Quanto ao ensino superior, persiste uma fronteira social nessa passagem.

Na verdade, nos casos abordados neste exercício, 7 jovens descreveram trajetórias escolares ao nível do ensino superior, ainda em curso ou já concluídas. Neste conjunto, 3 dos entrevistados têm origem nas classes média e alta, em que um dos progenitores concluiu uma licenciatura e cujos indicadores profissionais, por agregado familiar, se inscrevem nas categorias de empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL), profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) e trabalhadores independentes (TI). Os restantes 4 jovens possuem habilitações superiores às dos seus pais, alguns tendo abandonado a escola precocemente com graus escolares desde a 4ª classe até ao 10º ano, compondo-se estas unidades familiares por trabalhadores independentes pluriactivos (TIpl), assalariados executantes pluriactivos (AEpl) e empregados executantes (EE). Deste lado temos, pois, ocorrências que não revelam, exclusivamente, uma situação de reprodução do capital escolar de origem. A explicação poder-se-á dever ao «sentido» atribuído à escola, enquanto meio de mobilidade profissional e social, ainda que reconheçam o valor social dos títulos escolares de ensino superior. Actualmente, assiste-se a uma proliferação de cursos e ao aumento do número de licenciados, o que, por si só, induz a uma depreciação do valor social de uma *educação superior* (Cabral e Pais, 1998; Almeida et al, 2003).

Sou licenciado em Design Industrial (...) e já tirei uma pós-graduação (...) achei que me fazia falta formação ao nível dos materiais.

Pedro, 27 anos, português, pós-licenciado em Design Industrial, designer industrial/ recibos verdes, solteiro, classe popular, transição profissional

Acabei por perder cinco anos com o Secundário [repetências] e entrei na universidade com 21 anos (...) acredito que ter esta licenciatura abre-me um conjunto de portas muito diferentes e que mudou a minha maneira de pensar (...) vai-me facilitar o acesso ao mercado de trabalho.

Rui, 24 anos, português, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante/ biscates, solteiro, classe popular, transição lúdica

Paralelamente, esta desvalorização social dos títulos e credenciais escolares, em particular os relacionados com o ensino superior, é reconhecida pelos próprios entrevistados, nomeadamente pelos que detêm recursos sociais de origem mais baixos, conferindo pouco crédito à sua

importância para inserções profissionais vantajosas e mais estáveis. Não questionam, porém, a sua importância num quadro de aprendizagem e mercado de trabalho mais competitivo.

Eu tenho um monte de amigos que têm talento e não precisam de estudar p'ra isso (...) continuo a estudar porque estamos em Portugal e adoram o facto de termos um diploma na mão e, pá, sei que tou a aprender muita coisa, tou a aprender a lidar com clientes, tou a aprender visões completamente diferentes.

Rui, 24 anos, português, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante/ biscates, solteiro, classe popular, transição lúdica

Tu não podes subir numa empresa, e agora é assim, se não tiveres certificações que a justifiquem

Madalena, 22 anos, portuguesa, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante, solteira, classe média e alta, transição progressiva

Eu disse que não queria ir para a faculdade e acabei por ir, mas também só porque encontrei um curso de que gostei mesmo (...) ir para a faculdade tirar uma licenciatura por tirar...não vale a pena...

Catarina, 24 anos, portuguesa, licenciatura Educação Social em curso, trabalhadora/estudante, solteira, classe média e alta, transição progressiva

A escola continua a contribuir para a reprodução das desigualdades sociais, atingindo principalmente os actores sociais oriundos de grupos sociais mais baixos e menos familiarizados com a cultura escolar (Sebastião *cit.* Benavente et al., 1998), revelando-se pouco orientada para a resolução de novos desafios. Não considerando as especificidades de aprendizagem de alguns alunos, dificulta a sua integração social e a oportunidade de conseguirem adquirir competências escolares.

Relevam, neste âmbito, os grupos de filhos de imigrantes oriundos dos PALOP. Segundo pesquisas recentes, os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos não são muito diferentes dos dos jovens em geral, sendo que, também nestes casos, a origem de classe ou a escolaridade do pai e da mãe condicionam o desempenho dos filhos, em que o factor «classe» se impõe ao factor «cultura» ou «pertença étnica» (Machado et al., 2005).

Depois desisti da escola...passado algum tempo (...) fui tirar um curso...na Cenfic de realizador (...) tinha para aí 17 anos...foi quando desisti da escola (...) também não acabei...era de seis meses (...) todos os dias atrasava-me e nos cursos não se pode atrasar (...) mandaram-me embora...

Filipe, 26 anos, moçambicano, 8º ano, desempregado, solteiro, classe popular, transição precária

Analisadas as estatísticas nacionais, apurou-se que, para muitos jovens descendentes de imigrantes africanos, a experiência escolar é caracterizada pelo insucesso e potencial abandono precoce da escola, à semelhança do que acontece com outros jovens das classes populares, em geral. Porém, estes factos não se substituem às implicações que as origens de classe podem trazer. Na verdade, o princípio explicativo de percursos escolares diferenciados, mesmo no grupo dos jovens descendentes de imigrantes africanos, é semelhante ao aplicado aos jovens em geral: os alunos das classes médias, independentemente de outros critérios que competem à escola e ao professor, têm em média melhores resultados que os das classes populares (Machado et al., 2005).

Acabei com 17,3 no secundário, no ensino básico acabei com 16 (...) as outras turmas tinham mais alunos que chumbavam, nas minhas nem por isso (...) de maneira nenhuma eu podia parar de estudar e fazer trabalhos administrativos e rotineiros, é mesmo para acabar o curso e fazer algo superior, com mais responsabilidades e mais desafiante.

Eduardo, 18 anos, angolano, 12º ano concluído, estudante, solteiro, classe média e alta, transição progressiva

Nos percursos escolares destes jovens poderá, ainda, sobrepor-se à representatividade da classe social de origem o princípio, enraizado em algumas famílias imigrantes, de aspirações educativas mais fortes e na procura de orientações mais ambiciosas, comparativamente a outras famílias com recursos económicos e culturais semelhantes (Machado et al., 2005: 711).

Por acaso, sempre tive boas notas (...) sempre tive muita atenção, gosto de estudar (...) o meu pai começava e dizia-me “vai estudar! Tu queres ir p’rá obra? Tens que estudar porque hoje o 10º ano não dá nada, tu tens que chegar mais longe do que isso, senão...não vais a nenhum lado (...) eu até queria ir p’ra outro país jogar futebol mas a minha mãe não me deixa, diz que eu tenho que acabar aqui primeiro a faculdade (...) só quando eu acabar aqui a escola, primeiro é a faculdade e só depois é que eu posso fazer o que eu quiser...

Tiago, 19 anos, guineense, 12º ano incompleto, estudante, solteiro, classe popular, transição progressiva

Ainda que não seja um dado representativo, verificou-se um projecto já delineado para iniciar os estudos superiores no estrangeiro, remetendo para a falta de oportunidades em Portugal comparativamente a outros países da União Europeia, ideia reforçada por um outro entrevistado com uma experiência de Erasmus.

Vou para a Escócia...vou fazer lá a universidade (...) é fazer lá os 5 anos que é já com mestrado (...) na Escócia é que me escolheram e (...) tenho a possibilidade que me paguem as propinas, portanto, é muito melhor (...) pelo facto de ser em inglês e, como tal, sendo o inglês uma língua universal, acho que dá mais abertura quer p’ra estudar fora ou noutros países (...) o alojamento vai ser dado pela própria universidade (...) eu poderia até ficar em Portugal mas só que é o facto da falta de estabilidade porque...agora, então, nota-se muito mais, vê-se vários formados que estão no desemprego, até doutorados (...) se eu acabasse aqui o meu curso não teria a certeza de... (...) e vou para a Escócia porque existem mais apoios para os estudantes, o que não acontece cá (...) aqui era quase impossível eu encontrar uma entidade que me pagasse as propinas por completo.

Eduardo 18 anos, angolano, 12º ano concluído, estudante, solteiro, classe média e alta, transição progressiva

Eu fui de Erasmus para a Finlândia (...) aprendi muito, valeu muito a pena (...) lá a Educação deles é óptima porque é em workshop’s.

Madalena, 22 anos, portuguesa, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante, solteira, classe média e alta, transição progressiva

O perfil de instrução da população portuguesa, genericamente, tem vindo a aumentar; particularizando este redimensionamento face à escola, temos então um grupo de entrevistados do concelho de Loures cujos níveis de escolaridade são superiores aos dos progenitores, muito embora se verifiquem percursos dissidentes, resultando no abandono escolar ou mesmo delinquência juvenil.

Tenho o 5º ano, depois desisti, fui obrigado a deixar os estudos p'ra trabalhar...

Manuel, 30 anos, português, percurso institucionalizado, 5º ano, ajudante de mecânico/contrato, solteiro, divide casa com amigo, classe popular, transição desestruturante

Cumulativamente ao aumento da escolaridade, na maior parte dos casos o valor social dos títulos e credenciais escolares está relativamente desvalorizado, se considerado, sobretudo, para inserções profissionais vantajosas, estáveis ou mais imediatas (Cabral e Pais, 1998). Muito embora possam assumir um papel de adversidade face à escola, reiterando o seu carácter teórico em vez de preparar os seus alunos para a vida activa, a maior parte dos entrevistados licenciados ou com licenciatura em curso, e mesmo entrevistados cujos perfis se caracterizam pelo abandono escolar, reconhece a importância das competências formais aí adquiridas e a sua participação no acesso ao mercado de trabalho e progressão profissional.

Acho que sim, que ter estudado vai-me facilitar [integração profissional] porque...no caso de sermos bons, se formos um bocadinho, pá, um bocadinho fora de cena, às vezes os próprios professores arranjam-nos sítios adequados p'ra ficar, de acordo com o nosso tipo de trabalho também.

Rui, 24 anos, português, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante/biscates, solteiro, classe popular, transição lúdica

Há pessoas que têm mais vocação para os estudos(...) mas há outras pessoas que já não têm muita cabeça para os estudos(...) apesar de não subirem muito na vida (...) fazem aquilo que gostam (...) acho que há oportunidade p'ra toda a gente (...) vejo os jornais e as notícias...e que

as pessoas que têm mais estudos têm mais emprego e quem tem menos estudos já...já não se encaixa bem na sociedade. É por isto que...penso voltar a estudar...

Francisco, 18 anos, descendente de imigrantes moçambicanos, 5º ano, desempregado, solteiro, classe popular, transição precária

Por outro lado, e na razão inversa, os jovens entrevistados, com registo de abandono escolar, não reconhecem na escola importância ou sentido de orientação quanto a futuros provavelmente melhor sucedidos. Acreditam, sobretudo, num sistema de distinção escolar e profissional baseado no capital relacional; e desacreditam as inserções no mercado de trabalho em função da preparação insuficiente para acolher jovens qualificados, associada à ideia de lucro fomentada pelos próprios empregadores.

Acho que não...não vale a pena, os estudos hoje em dia...têm importância mas para quem (...) tenha cunhas e por aí fora...quem estuda e vai normalmente, não vale a pena (...) eu acho que 50%, mesmo que estude, não consegue (...) quem tem muitos estudos lógico, vai ter que receber mais e muitas regalias e isso tudo e... aos patrões, não lhes interessa...como tem o imigrante que pode levar metade do preço...p'ra eles é melhor.

Manuel, 30 anos, português, percurso institucionalizado, 5º ano, ajudante de mecânico/contrato, solteiro, divide casa com amigo, classe popular, transição desestruturante

Ao ser colocada a questão de poderem voltar a estudar, conseguem distinguir-se dois grandes grupos: o dos dissidentes da escola, que não planeiam esse retorno ainda que lamentem o abandono precoce e revelem arrependimento; e um outro grupo, mais escolarizado, cujas intenções são as de dar continuidade a estudos pós-licenciatura e em concluir pós-graduações, mestrado ou doutoramento, tendo em vista o acesso facilitado ao mercado de trabalho ou optando por novas áreas de formação académica em virtude de inserções profissionais descoincidentes com as habilitações actuais.

Agora não...é difícil (...) tar a ir estudar outra vez (...) é um bocado lixado (...) não me apetece, deve ser mais isso...tempo não falta, né...é a vontade...tenho a impressão que vontade não há...

João, 20 anos, origem cigana, 5º ano, desempregado, solteiro, classe popular, transição precária

Não vou estar a estudar dois anos para tirar um curso de uma coisa que não gosto...

Francisco, 18 anos, descendente de imigrantes moçambicanos, 5º ano, desempregado, solteiro, classe popular, transição precária

Acho que o próximo passo seria ter um mestrado mas não me sinto ainda capaz de (...) por uma questão de tempo e...embora em Portugal também já tenha estado à procura e o único mestrado que há na área do Design é na Faculdade de Arquitectura mas já me disseram que não vale assim muito a pena porque...há muito poucos mestrados em Design em Portugal (...) não há nenhum que me interesse particularmente. É um projecto adiado.

Pedro, 27 anos, português, licenciado e pós-graduação em Design Industrial, designer industrial/ recibos verdes, solteiro, classe popular, transição profissional

Mestrado é importante, é um grau que se acrescenta à minha formação (...) ir até doutoramento, nunca se sabe, mas por enquanto não penso chegar lá

Eduardo, 18 anos, angolano, 12º ano concluído, estudante, solteiro, classe média e alta, transição progressiva

Agora estou a pensar em tirar um mestrado (...) eu não sendo uma pessoa académica, parava por aqui (...) mas daqui a dois, três anos o mercado de trabalho vai mudar completamente, os alunos que saem agora vão sair mestres e eu, saí há dois, três anos, vou ser só licenciada (...) eu vou ter 26, 27 anos com licenciatura, eles vão ter 22 com mestrado (...) era mais só por isso, p'ra ganhar essa certificação, é bom para o currículo e para arranjar um emprego melhor.

Teresa, 22 anos, descendente de imigrantes angolanos, licenciatura em curso, estudante, casada, classe popular, transição antecipada

Eu gostaria de estudar mas (...) não na minha área mas dentro da área agora em que estou a trabalhar (...) já me passou muita coisa pela cabeça (...) desde enfermagem (...) ou então mesmo com a parte de gestão do hospital (...) alguma coisa que esteja relacionada, na área da Saúde.

Ana, 23 anos, portuguesa, licenciatura História Moderna e Contemporânea, administrativa em hospital público/ contrato a prazo, solteira, classe popular, transição precária

É ainda referida, por dois jovens, a intenção em estudar após a conclusão da licenciatura mas no estrangeiro, sendo que à Madalena corresponde a experiência de Erasmus na Finlândia.

Não me interessa muito ter um mestrado do IADE, o que eu queria era ir p'ró estrangeiro mas (...) tenho que pagar a minha vida lá fora...

Rui, 24 anos, português, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante/biscates, solteiro, classe popular, transição lúdica

Quero fazer uma pós-graduação (...) queria mesmo era ir p'ró Japão...a nível de Artes é muito à frente, (...) mas não dá, não tenho dinheiro...

Madalena, 22 anos, portuguesa, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante, solteira, classe média e alta, transição progressiva

Por último, confirma-se a hipótese de que *as aspirações escolares e profissionais destes jovens do concelho de Loures são estruturadas pelos seus contextos de origem*. Na verdade, verificou-se que a origem social destes jovens influencia o sucesso ou insucesso das suas trajectórias escolares, determinando, desta forma, a materialização das escolhas profissionais que alguns já iniciaram e que outros traçam para o futuro. A maioria dos processos de transição para a vida adulta, de carácter *precário, precoce e desestruturante*, reproduz as situações sociais desfavorecidas de origem, em que as trajectórias de vida destes jovens se caracterizam pelo abandono escolar precoce e insucesso escolar e, nalguns casos, inserções profissionais muito instáveis e periféricas; nas transições *progressivas, profissionais e lúdicas* identificadas, em que a maior parte dos jovens tem origem nas classes sociais populares, é manifestada por estes actores uma intenção de mobilidade social ascendente, reflectida pelos índices de escolaridade superiores aos detidos pelos pais.

4.3 Descontinuidades no mercado de trabalho

Independentemente dos contextos sociais de origem, a inserção no mercado de trabalho caracteriza-se pela instabilidade. Sem dúvida que, as variações sentidas neste âmbito, reflectem-se em função dos níveis de escolaridade e das áreas profissionais. Mas, ainda assim, a ideia, apresentada pelo conjunto dos jovens entrevistados, revela receio face à dimensão do desemprego e às suas implicações na passagem à vida adulta (apenas conseguida através do emprego).

Segundo os dados dos INE - Censos 2001¹¹, o concelho de Loures é um concelho constituído por 199.059 residentes, sendo que 29.604 destes munícipes têm idades entre os 10 e os 30 anos, o que corresponde a uma percentagem de cerca de 15%.

No 1º trimestre de 2008¹², em Portugal Continental, registam-se 405 mil jovens empregados (entre os 15 e os 24 anos). A maioria (42%), detém qualificações escolares ao nível do 3º ciclo do ensino básico, e 29% concluiu o ensino secundário e pós-secundário; apenas 8,5% tem o ensino superior. Entre os 25 e os 34 anos, estão empregados 1 milhão e 277 mil jovens, dos quais 24% e 22% têm qualificações equivalentes ao 3º e 2º ciclos do ensino básico, respectivamente; com escolaridade ao nível do ensino secundário e pós-secundário são 23% e, com o ensino superior, aparecem representados 24%. Para o mesmo período de referência, o número de desempregados (HM) em Portugal Continental é de 412 milhares de indivíduos¹³.

No concelho de Loures, existem 5.295 indivíduos desempregados, segundo dados recolhidos através do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Loures; deste conjunto, 9% são jovens com idades inferiores a 25 anos, e 22% correspondem a jovens no intervalo etário 25 -34 anos. Não sendo possível apurar as qualificações escolares destes sub-grupos, no conjunto da população desempregada com idade ≥ 55 anos, o nível académico mais expressivo é o do 1º ciclo do ensino básico com 29%; a 19% deste grupo corresponde o ensino secundário e apenas 8% tem

¹¹ INE - População residente em lugares censitários (N.º), por Local de residência e Escalão de dimensão populacional

¹² INE - População empregada (Série 1998 - N.º) por local de residência (NUTS - 2002), sexo, grupo etário e nível de escolaridade mais elevado completo

¹³ INE - População desempregada (Série 1998 - N.º) por local de residência (NUTS - 2002) e sexo

o ensino superior. Destes, 4% procura o 1º emprego, enquanto que 96% pretende um novo emprego.

De facto, os jovens quando chegam ao mercado de trabalho, enfrentam precárias formas de contratação – a termo certo, estágios profissionais, recibos verdes – e vêem-se na contingência de aceitar este tipo de vínculos “abstractos” que, sem dúvida, induzem a uma maior insegurança profissional, alternando entre emprego e desemprego. O campo de possibilidades de escolha dos jovens, actualmente, é bem mais reduzido - naturalmente que, as suas repercussões, se traduzem em expectativas ajustáveis à oferta de trabalho do momento, desviando-se das aspirações eventualmente criadas ao longo do percurso escolar e condicionando a sua visão sobre conceitos como carreira e progressão profissional.

É muito frustrante não estar na área (...) mas afinal consegui um trabalho (...) muitas pessoas nem isso conseguem (...) e agora vou-me esforçar é onde eu estou (...) tentar realmente com que seja renovado o contrato (...) e conseguir chegar a uma coordenação, por exemplo.

Ana, 23 anos, portuguesa, licenciatura História Moderna e Contemporânea, administrativa em hospital público/ contrato a prazo, solteira, classe popular, transição precária

No conjunto dos 16 entrevistados, 6 apresentam-se perante o trabalho enquanto activos, já que estão empregados; destes, 5 estão a trabalhar por conta de outrem e apenas 1 por conta própria. Relativamente aos jovens que trabalham por conta de outrem: um acumula a função de estudante e é o único que tem uma situação contratual efectiva; 3 permanecem nos locais de trabalho em situação de contrato a termo; e 1 a recibos verdes. Ainda no respeitante ao mesmo grupo: 1 é pós-licenciado e viu correspondida a aprendizagem formal no mercado de trabalho; 1 tem em curso a licenciatura, apresentando-se enquanto trabalhador-estudante e com um vínculo contratual seguro; 1 apresenta licenciatura, mas a categoria profissional que tem não reconhece essas habilitações; e os outros 2 jovens apresentam habilitações de 12º ano e 5º ano. No único caso em que o jovem trabalha por conta própria, muito embora se registre frequência universitária, as suas habilitações académicas situam-se ao nível do 12º ano.

Numa dinâmica social que valoriza e promove o prolongamento das trajectórias escolares, verifica-se uma descontinuidade entre a oferta e a procura de emprego, ou seja, jovens com qualificações cada vez mais elevadas incorporam a população activa, mas o mercado de trabalho nem sempre recompensa ou revela abertura a este perfil de qualificações. De facto, a actual precarização do sistema de emprego tende a fazer com que os jovens mais qualificados aceitem trabalhos cujos requisitos são inferiores às qualificações que possuem.

Nas sociedades contemporâneas, as formas precárias de trabalho ganham dimensão, afectando os jovens provenientes de classes sociais desfavorecidas, com baixos níveis de escolaridade. Mas vão, também, limitando as oportunidades dos jovens com qualificações superiores ou intermédias, que não conseguem integrar as suas áreas de formação. Tal leva-os a circular entre trabalhos precários, mal-remunerados e por experiências de desemprego (Guerreiro e Abrantes, 2007). Naturalmente que estes jovens vão oscilando em função destas descontinuidades, desempenhando formas de emprego cujas qualificações são superiores às pretendidas para essas funções.

Terminei o curso há um ano...pois, há um ano (...) trabalho no Hospital de S. José como auxiliar administrativa (...) estou a gostar muito (...) estou no atendimento geral do hospital.

Ana, 23 anos, portuguesa, licenciatura História Moderna e Contemporânea, administrativa em hospital público/ contrato a prazo, solteira, classe popular, transição precária

Comparativamente, um jovem que optou pela via educativa profissionalizante, viu, desde cedo, correspondidas as expectativas profissionais quanto à área de formação.

Comecei a trabalhar muito cedo... colaborei com a Câmara Municipal de Cascais no Programa PER (...) 15, a fazer 16 anos e de lá p'ra cá nunca mais parou (...) fiz Teatro, (...) algumas coisas tanto a nível nacional como internacional (...) dou aulas de Capoeira (...) há dezasseis anos...

Carlos, 29 anos, cabo-verdiano, curso profissional (12º ano) de Artes Performativas do Chapitô e frequência Licenciatura Dança Educativa, técnico de Animação Sociocultural/ conta própria, união de facto, casa própria, classe popular, transição antecipada

Paralelamente, os 4 jovens desempregados atribuem a situação presente à ausência de habilitações suficientes e à conjuntura económica e social actual. De facto, apresentam qualificações escolares que variam entre o 5º e o 8º ano. Justificadamente, pode recorrer-se à conclusão que as taxas de emprego dos jovens são tanto mais altas quanto maiores forem os níveis de qualificação (Guerreiro e Pegado, 2006). Estes 4 jovens revelam um cenário de inserção precoce no mercado de trabalho (e de abandono escolar igualmente precoce), deixando antever caminhos de vida mais incertos, baseados na desqualificação e precarização. As suas anteriores experiências de trabalho concentram-se em profissões pouco qualificadas, ligadas sobretudo ao operariado.

Fui despedido desse trabalho onde eu tava (...) não queriam passar muito pessoal a efectivo (...) já há seis meses (...) tava lá há seis meses (...) de vez em quando faço uns biscates com o meu antigo patrão (...) estruturas metálicas (...) sempre dá qualquer coisa.

João, 20 anos, origem cigana, 5º ano, desempregado, solteiro, classe popular, transição precária

Estou desempregado agora (...) trabalhava como embalador num supermercado (...) faço biscates (...) nada com contratos (...) estruturas metálicas (...) quando há trabalha-se, quando não há (...) é um trabalho pesado (...) e mal pago (...) e também perigoso (...) recebe-se quinhentos, seiscentos euros...

Filipe, 26 anos, moçambicano, 8º ano, desempregado, solteiro, classe popular, transição precária

Neste grupo, muito para além de condutas socialmente desviantes, marcadas pela delinquência juvenil e pela confrontação judicial, foi identificada uma inserção alternativa, baseada em dispositivos ilícitos de trabalho subterrâneo.

Agora...estou a trabalhar numa oficina de mecânico (...) há três meses (...) só que também não...não me tá a agradar (...) estou a receber 400 euros (...) para o trabalho que eu faço e pró dinheiro que ganho, não dá...(...) vendo droga e faço de correio (...) desde os 20 anos (...) são

experiências boas...e perigosas (...) consumo de vez em quando mas é basicamente drogas leves, haxixe, erva (...) não digo que não possa voltar a fazer, depende (...) se tiver que depender disso p'ra viver é uma solução (...) claro que rende...se não rendesse...em vez de vender-se droga toda a gente preferia trabalhar, né?

Manuel, 30 anos, português, percurso institucionalizado, 5º ano, ajudante de mecânico/contrato, solteiro, divide casa com amigo, classe popular, transição desestruturante

Apesar da importância inegável das qualificações escolares, as posições e oportunidades nos mercados de trabalho continuam a ser muito condicionadas pela origem social, redes pessoais e informais. Estudos recentes têm revelado como a ajuda de familiares, amigos ou conhecidos é o principal meio de obtenção de emprego. Num contexto de dificuldades acrescidas no acesso ao mundo do trabalho e da informalização dos vínculos laborais (Guerreiro e Abrantes, 2007: 26), o “capital relacional” parece, aliás, aumentar de influência.

Esse capital, gerado pela quantidade e qualidade das redes pessoais e familiares, é obviamente muito condicionado, quer pela classe social de origem quer pelo próprio percurso profissional dos jovens. No primeiro caso, as classes reforçam o seu papel na localização dos jovens no mercado de trabalho, através das redes de contactos e influências que conseguem mobilizar. No segundo, os contactos e as oportunidades geram mais contactos e oportunidades, enquanto o desemprego afasta os jovens dos círculos de acesso aos empregos, intensificando os mecanismos de exclusão (Guerreiro e Abrantes *cit.* Santos, 2007). Assim, através da activação de mecanismos formais por via da escolaridade, e de mecanismos informais por via do “capital relacional”, são conferidas aos jovens oportunidades muito desiguais no mercado de trabalho, tendendo a reproduzir (parcialmente) a própria estrutura de classes.

Enquanto dispositivo para um acesso mais facilitado ao mercado de trabalho, as redes relacionais ou de interconhecimento são reconhecidas como importantes instrumentos para este efeito. Tanto o grupo mais qualificado como o mais desqualificado assumem a importância deste mecanismo, variando as opiniões apenas quanto à sua legitimidade.

Acabei o curso no final de Julho. Tirei o mês de Agosto para férias e comecei a trabalhar no dia 3 de Setembro porque houve uma amiga minha que me ligou a dizer que estava a trabalhar num sitio e que precisavam de ajuda (...) fui lá fazer esse trabalho, gostaram de mim e comecei a trabalhar lá (...) Já não tenho o mesmo emprego. Mudei. Este é melhor em tudo, em termos económicos e na perspectiva de futuro porque onde estava, estava muito limitado em termos de projecção, de me sentir...realizado (...) foi através de um colega que abriu a sua empresa e sabe do meu nível de trabalho e convidou-me para ir para lá com ele (...) eu tive muita sorte (...) Foram sempre as pessoas a vir ter comigo, nunca fui à procura de emprego.

Pedro, 27 anos, português, licenciado e pós-graduação em Design Industrial, designer industrial/ recibos verdes, solteiro, classe popular, transição profissional

Eu acho que a rede de conhecimentos não funciona lá muito bem (...) se a pessoa tem uma vocação que no fundo até lhe pode ser uma mais valia em termos de currículo...tem que correr atrás dessas coisas se bem que ache que às vezes é mais fácil termos um amigo e perguntar “não precisas de não sei quem p’ra...” mas eu, por acaso, não tenho essa sorte (...) tenho muitos amigos, agora...não ao ponto de ser um pedinchas...não me sinto assim...sou muito de...sinto que tenho capacidades para “tal” situação a nível profissional e vou...vou procurar a instituições, a empresas, vou. Se eu procurei dois empregos através do jornal, até hoje, foi muito.

Carlos, 29 anos, cabo-verdiano, curso profissional 12º ano Artes Performativas do Chapitô e frequência Licenciatura Dança Educativa, técnico de Animação Sociocultural/ conta própria, união de facto, casa própria, parentalidade, classe popular, transição antecipada

Não...acho que através dos jornais não se consegue nada...hoje em dia...agora, neste tempo agora...antigamente, uma pessoa ia ao Centro de Emprego e arranjava logo emprego...tipo, ano 2002, 2003...hoje em dia, vamos lá 5, 6 vezes e não arranja nada...hoje em dia, uma pessoa para arranjar emprego tem que pedir a um amigo que trabalha num sítio e dizer-lhe...meter-lhe uma cunha...porque se for mesmo assim só para inscrever-se para arranjar emprego não coiso...não

arranja, é mais difícil (...) agora desempregado, trabalhei mas em biscates, não é nada com contratos...tipo, com um senhor daqui que tem biscates...(...) montador de estruturas metálicas.

Filipe, 26 anos, moçambicano, 8º ano, desempregado, solteiro, classe popular, transição precária

Não é, pois, rejeitada a hipótese da “cunha”, salientando os mais qualificados a importância dos professores ou de colegas de faculdade, como forma de conseguir emprego na sua área profissional; naturalmente, não é menosprezado o recurso a anúncios em jornais ou espaços públicos, mas é privilegiado o reconhecimento de competências como a forma mais justa de aceder ao mercado de trabalho.

Não podemos excluir a rede de conhecimentos porque é importante (...) mas eu quero, por opção e por aquilo que sou, conseguir entrar no mercado de trabalho pelos meus trabalhos...

Madalena, 22 anos, portuguesa, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante, solteira, classe média e alta, transição progressiva

No caso de sermos bons, se formos um bocadinho, pá, um bocadinho fora de cena, às vezes os próprios professores arranjam-nos sítios adequados p'ra ficar, de acordo com o nosso tipo de trabalho também. Conheces...os teus colegas de turma, é aquele professor (...) a escola tem essas implicações (...) não me vejo, de facto, na fila do Centro de Emprego à espera que me chamem p'ra um trabalho, não me vejo nessa figura...mas também não quer dizer que não seja uma possibilidade...

Rui, 24 anos, português, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante/biscates, solteiro, classe popular, transição lúdica

Não rejeitam, também, a possibilidade de virem a trabalhar no estrangeiro, nomeadamente um jovem descendente de imigrantes dos PALOP's. Descortina melhores e maiores oportunidades financeiras, de inserção e progressão profissional, em detrimento da realidade e oferta portuguesa.

Quero ser engenheiro civil à procura de emprego na Escócia e...tentarei trabalhar lá alguns anos, (...) na altura terei 23 anos (...) é ganhar experiência para ir trabalhar em Angola para não chegar lá ainda como um estudante (...) talvez com visões de criar família (...) acredito que vá ser mais fácil do que se ficasse em Portugal (...) terei mais estabilidade (...) acredito que vou ter mais oportunidades do que alguém que acabe o curso cá.

Eduardo, 18 anos, angolano, 12º ano concluído, estudante, solteiro, classe média e alta, transição progressiva

A difícil formalização dos vínculos contratuais é verificada em ambos os grupos qualificacionais: se, inicialmente, os jovens aceitam a situação de contratos a prazo ou recibos verdes como transitória ou experimental, na verdade estas formas de trabalho vão-se prolongando. Mesmo tendo já revelado aptidão e competência para a função, os jovens vêm-se sujeitos à renovação sucessiva destes dispositivos transitórios (em dois, três ou mais contratos, reforçando a insegurança e imprevisibilidade reflectidas na dificuldade em concretizar alguns objectivos de vida.

Como referem Guerreiro e Abrantes (2005; 2007), o emprego constitui-se, de facto, como elemento fundamental em todas as formas de transição para a condição adulta. As transformações actuais nos mercados económicos, mais competitivos, apresentam consequências como a flexibilização, a desregulação e a individualização das condições de trabalho. Por outro lado, diversificam-se as situações contratuais em vários aspectos - materializadas em horários, rendimentos, tarefas, progressão na carreira - circunstâncias agravadas por vínculos precários e temporários de trabalho.

Eu queria mesmo era ter um trabalho fixo...que era p'ra ter uma fonte de rendimento...que era p'ra não tar sempre com aquele problema de...não ter...onde é que eu vou buscar? (...) o trabalho que eu quero, sei lá...o que me aparecesse à frente era o que eu agarrava...o que me interessa é a segurança.

João, 20 anos, origem cigana, 5º ano, desempregado, solteiro, classe popular, transição precária

Agora queria arranjar emprego (...) gostava de ter um que me desse alguma estabilidade...

Filipe, 26 anos, moçambicano, 8º ano, desempregado, solteiro, classe popular, transição precária

Na autonomia, comprar casa e tudo o que está associado, fica muito difícil (...) a minha prioridade é ter um emprego estável e eu não tenho. Chega ao final do ano e não sei se mo renovam (...) pensar no futuro, torna-se complicado (...) estou a viver com os meus pais e trabalho até ao final do ano, depois não sei (...) quero realmente estabilizar mais, saber que tenho emprego, mas não está fácil...

Ana, 23 anos, portuguesa, licenciatura História Moderna e Contemporânea, administrativa em hospital público/ contrato a prazo, solteira, classe popular, transição precária

Na condição de estudantes foram entrevistados 6 jovens: 3 dedicam-se exclusivamente à escola, sendo que os outros 3 revelaram experiências de trabalho residuais.

Já, já tive montes de experiências de trabalho, todas remuneradas (...) já fiz aqueles trabalhinhos, tive a distribuir publicidade nas caixas de correio (...) tinha 17 anos (...) já trabalhei num call-center (...) até era bem remunerado (...) porque queria ir de férias, (...) foi através de amigos (...) sempre achei que tinha uma necessidade de me auto-sustentar a mim mesmo e de não estar a pedir dinheiro frequentemente a eles [pais].

Rui, 24 anos, português, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante/biscates, solteiro, classe popular, transição lúdica

Já trabalhei num call-center (...) foi o dinheiro...depois de entrar, é fácil...ganha-se dinheiro suficiente e...eu tenho o contrato que me apetece de um mês e vou-me embora (...) era-me indiferente porque não acreditava no que estava a vender.

Madalena, 22 anos, portuguesa, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante, solteira, classe média e alta, transição progressiva

Nunca trabalhei (...) começar a trabalhar a sério talvez só quando acabar o curso; posso arranjar uns trabalhos nas férias só para arranjar algum dinheiro e ocupar o meu tempo.

Eduardo, 18 anos, angolano, 12º ano concluído, estudante, solteiro, classe média e alta, transição progressiva

Não, nunca trabalhei (...) a minha mãe disse sempre que era p'ra eu estudar...

Tiago, 19 anos, guineense, 12º ano incompleto, estudante, solteiro, classe popular, transição progressiva

Trabalhei três Verões (...) dois meses em todos em call-center (...) não gostei muito (...) 350 euros por mês, as outras duas eram 200 euros.

Teresa, 22 anos, descendente de imigrantes angolanos, licenciatura em Sociologia em curso, estudante, casada, casa própria, classe popular, transição antecipada

No domínio do emprego, verifica-se que, na maior parte dos entrevistados, a situação social de origem é reproduzida. No caso dos jovens desempregados, estes reconhecem a irreversibilidade dessa condição em virtude do níveis de escolaridade muito baixos, orientando-se pela via dos “biscates”.

Confirma-se, assim, que os estudantes provenientes dos estratos sociais mais desfavorecidos têm menos hipóteses de virem a ter uma *transição profissional* bem-sucedida.

Nos seis jovens empregados, há que salientar a precariedade dos vínculos profissionais. Oriundos das classes populares, as desigualdades sociais de origem repercutem-se nas desigualdades escolares; conseqüentemente, as dificuldades para uma integração profissional qualificante aumentam. Estes constrangimentos são visíveis nos escalões habilitacionais mais elevados; o caso de uma jovem, com uma licenciatura e a desempenhar funções como administrativa, ilustra os reflexos dos recursos sociais nas configurações profissionais, em que o acesso à universidade é condicionado por factores de classe, influenciando a entrada no mercado de trabalho (Almeida et al., 2003).

4.4 Desenhos de autonomia e projectos para constituição de uma nova família

A análise sobre os projectos de autonomia delineados pelos jovens entrevistados, foi dimensionada numa dupla perspectiva: em relação à família de origem, enquanto estrutura de suporte; e de que forma estão representadas as suas intenções na constituição de uma nova família.

Neste sentido, a amostra foi dividida em dois grupos: o dos que já abandonaram a casa dos pais e apresentam encargos próprios; e o dos jovens cujos encargos são suportados pelos pais. No primeiro grupo, foram principalmente exploradas as posições face à fecundidade e à verificação dos níveis de autonomia quanto à família de origem; no segundo grupo, foram focadas as opiniões e os desígnios dos jovens (a cargo dos pais) quanto à compra de habitação, casamento e paternidade.

Na totalidade dos entrevistados, apenas 3 jovens abandonaram a casa da família de origem: a Teresa e o Carlos, por via do casamento e união de facto; e o Manuel, face a uma história de vida institucionalizada, em virtude do abandono pelos pais. Carlos e Bruno já são pais, sem que isso tenha pressuposto, pelo menos para Bruno, o abandono de casa dos pais. Neste caso, verifica-se que a paternidade (precoce) antecedeu a saída de casa dos pais. Confirmam-se, pois, novos modelos de paternidade, conjugalidade e padrões familiares em que a “mãe” e o “pai” não estão juntos e, particularmente num dos casos, o casal mantém a relação afectiva mas em casas separadas, nomeadamente com as respectivas famílias de origem.

A dependência da família de origem é evidente, registada tanto nas situações de desemprego e de frequência do sistema de ensino, quanto nas de emprego, indiciando uma menor autonomização destes jovens (como adiante se verá).

No conjunto dos três jovens com encargos financeiros e que já abandonaram a casa da família de origem: o Carlos reconhece a ajuda financeira pontual dos pais; a Teresa conta com o apoio do marido, já que é ele quem suporta as despesas do dia-a-dia e assegura o pagamento do empréstimo para a compra da habitação; no caso do Manuel, a lógica do “desenrascanço” está

vincada nas suas preocupações diárias, motivada pela ausência de uma estrutura familiar de apoio.

Quando casei ainda estava a estudar...sempre fui tendo trabalhos mas era só mais para ajudar a pagar o curso, de Verão, call-center...nada mais (...) as despesas com a faculdade foram os meus pais; tenho bolsa social mas a maior parte eram os meus pais. Agora passou a ser o meu marido (...) as despesas de renda, de tudo...Temos um empréstimo para a casa (...) ele quando comprou a casa pensou em comprar só com o salário dele, ele tinha que ter o salário e conseguir pagar a casa, sustentar-se a ele e sustentar-me a mim, logo, eu não tendo trabalho agora ou estar a estudar não o preocupa porque sente que temos dinheiro suficiente para fazer tudo (...) ele sentiu que a responsabilidade era dele trazer o dinheiro e fazer isso, logo, ele pensou numa casa que não tivesse que utilizar o salário dos dois p'ra conseguir pagar a renda, então a casa tá...que é o principal, que é a maior despesa, de pagar o banco, o salário dele dá p'ra pagar tudo, dá p'ra pagar a minha faculdade, dá p'ra viajarmos todos os anos (...) em termos monetários não...é um alívio não ter esse problema.

Teresa, 22 anos, descendente de imigrantes angolanos, licenciatura em Sociologia em curso, estudante, casada, casa própria, classe popular, transição antecipada

Claro que, de acordo com a situação económica do País, haverá sempre um mês ou outro em que as coisas apertam e o pai e a mãe são a salvação.

Carlos, 29 anos, cabo-verdiano, curso profissional 12º ano Artes Performativas do Chapiô e frequência Licenciatura Dança Educativa, técnico de Animação Sociocultural/ trabalho conta própria, união de facto, casa própria, classe popular, transição antecipada

Até hoje, tive que me desenrascar sozinho (...) trabalhava...que era p'ra me sustentar, p'ra pagar o quarto e alimentação (...) vivo sozinho e não tenho ajudas de ninguém e se não pagar (...) ninguém paga por mim.

Manuel, 30 anos, português, percurso institucionalizado, 5º ano, ajudante de mecânico/contrato, solteiro, divide casa com amigo, classe popular, transição desestruturante

Para os restantes 13 entrevistados, sem encargos financeiros directos e ainda a viverem com os pais, é manifestada, pela maior parte, a intenção na compra de habitação própria (em função do desejo de independência).

Ainda não comprei casa, tou a pensar nisso...não sei quanto tempo mais (...) gostava de ter uma casa minha (..) eu a pagar as despesas, mesmo minha, (...) e de ficar com o meu filho, em curto espaço de tempo...

Bruno, 20 anos, moçambicano, curso profissional 12º ano Informática, técnico de Informática numa IPSS, contrato, solteiro, casa dos pais, paternidade, classe popular, transição antecipada

Vivo com os meus pais (...) pretendo comprar casa no final deste ano.

Pedro, 27 anos, português, licenciado e pós-graduação em Design Industrial, designer industrial/ recibos verdes, solteiro, classe popular, transição profissional

Agora, após terminar a faculdade, tenho outro tipo de objectivos (...) quero comprar uma casa (...) eu já namoro há muitos anos e acho que chegou uma altura em que (...) vamos comprar uma casa, vamos assentar, constituir uma vida a dois (...) queremos até ao final do ano, o mais rápido possível.

Catarina, 24 anos, portuguesa, licenciatura Educação Social em curso, trabalhadora/estudante, solteira, classe média e alta, transição progressiva

Reconhecem, paralelamente, as dificuldades na concretização deste projecto pessoal, aliadas às inserções profissionais precárias.

Na autonomia, comprar casa e tudo o que está associado, fica muito difícil (...) a minha prioridade é ter um emprego estável e eu não tenho.

Ana, 23 anos, portuguesa, licenciatura História Moderna e Contemporânea, administrativa em hospital público/ contrato a prazo, solteira, classe popular, transição precária

Verificou-se, assim, que abandonar a casa da família de origem se assume, para a maioria dos jovens entrevistados, como um momento adiado. Muito embora revelem intenção em abandonar a casa dos pais, a maior parte não usufrui de uma estabilidade profissional que permita contrair um empréstimo bancário com vista à aquisição de imóvel, ampliando os futuros incertos para estes jovens.

Assim, confirma-se a hipótese de que a *integração profissional não implica a saída de casa dos pais*, reiterada pelas transições para a vida adulta de tipo *progressivo* e *profissional*. Nestas, os jovens, mesmo já integrados no mercado de trabalho, revelam inserções instáveis, optando por permanecer em casa dos pais, usufruindo de uma liberdade quase total e ausentes de despesas domésticas – aguardam, deste modo, pela estabilidade nos empregos e nas remunerações.

Somente, na última geração, viver por conta própria significou, para as mulheres, abandonar a casa paterna. Em períodos prévios, salvo para uma pequena proporção de mulheres, deixar a casa significava casar. Em contraste com a maior parte dos homens, a maioria das mulheres continua a identificar a entrada no mundo exterior com compromissos formais (Giddens, 1996).

No contexto das novas relações conjugais, mais associadas às práticas de «acasalamento» e «desacasalamento», surgem as uniões de facto que, em senso comum, se caracterizam pela informalidade (Giddens, 1996).

Na verdade, a maior parte dos jovens entrevistados, que planeiam ou já têm concretizados projectos pessoais de “vida a dois”, refere o casamento católico como opção privilegiada. Apenas Madalena referiu, claramente, que a sua opção futura assenta numa “união de facto”.

No caso da Teresa, pode reconhecer-se que o tipo de interacção e dinâmica conjugal em presença corresponde ao *bastião*¹⁴ (Wall *cit.* Kellerhals, 2002). Como se viu, este caracteriza-se por traços de fusão e fechamento entre o casal, já que estão associadas as situações de ganha-pão masculino e trabalho doméstico feminino, ainda que, conforme apurado durante a entrevista, a jovem justifique esta divisão de tarefas segundo os princípios religiosos, de que são devotos.

¹⁴ cf. p.15

[Optou pelo casamento] *primeiro pela nossa religião (...) evangélica (...) e porque também está ligado aos valores morais. Deus instituiu o casamento, então vamo-nos casar e assim vivemos juntos. (O marido) comprou a casa um ano antes. A casa é dele. Casámos e...foi assim (...) no dia-a-dia é o meu marido quem suporta as despesas de renda, de tudo (...) também tem a ver com a nossa religião, o homem é que tem o dever de...providenciar o sustento para a família, não tanto eu, não tenho essa pressão mas ele muito mais.*

Teresa, 22 anos, descendente de imigrantes angolanos, licenciatura em Sociologia em curso, estudante, casada, casa própria, classe popular, transição antecipada

Eu procuro casar mas não tão cedo (...) a nível dos jovens penso que o casar já está a ser um pouco posto de parte, eu não ponho de parte mesmo, eu quero criar família, quero casar mesmo.

Eduardo, 18 anos, angolano, 12º ano concluído, estudante, solteiro, classe média e alta, transição progressiva

Também pretendo casar até ao final do ano (...) pela Igreja, sim...

Pedro, 27 anos, português, licenciado e pós-graduação em Design Industrial, designer industrial/ recibos verdes, solteiro, classe popular, transição profissional

Penso em casar mas (...) ainda não temos a vida nem um pouco organizada...

João, 20 anos, origem cigana, 5º ano, desempregado, solteiro, classe popular, transição

Não, casamento não vejo, não tenho qualquer ambição...posso-me juntar com uma pessoa mas não vejo o casamento como uma necessidade...

Madalena, 22 anos, portuguesa, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante, solteira, classe média e alta, transição progressiva

Face à parentalidade, Carlos e Bruno desempenham um papel de pais mais ou menos ausentes, cujos filhos estão entregues às mães. Por este facto, o tipo de transição que lhes está associado é o modelo antecipado de passagem à vida adulta, na medida em que descrevem os acontecimentos

como não planeados, obrigando-os a uma adaptação perante o sucedido. De facto, correspondem a um cenário em que a fecundidade não implica necessariamente a nupcialidade. Muito embora, como visto atrás, a instituição do casamento tenha uma importante representação para a maioria dos entrevistados, nestes dois casos estão exemplificados sinais de mudança nos comportamentos conjugais contemporâneos.

Eu sempre quis ter um filho, era mesmo...agora, aos 19 quando eu soube da ideia fiquei assim chocado mas nunca fiquei triste, e sempre assumi e sempre quis ter aquele filho (...) o meu filho mora na minha casa e mora na casa da mãe dele, também...tem 6 meses (...) não foi uma gravidez planeada aconteceu (...) mas nunca tivemos condições para ficarmos juntos (...) ela trabalhava num bar (...) foi despedida (...) ela não tava efectiva (...) agora tá à procura de trabalho (...) tem 26 anos, é mais velha (...) mas tamos juntos na mesma...

Bruno, 20 anos, moçambicano, curso profissional 12º ano Informática, técnico de Informática numa IPSS, contrato, solteiro, casa dos pais, paternidade, classe popular, transição antecipada

Vivo com a minha mulher para aí há um ano, um ano e pouco (...) tenho uma filha com sete anos mas não vive em Portugal (...) vive com a mãe na Holanda (...) tentamos estar juntos o máximo possível, para aí quatro vezes num ano...

Carlos, 29 anos, cabo-verdiano, curso profissional 12º ano Artes Performativas do Chapitô e frequência Licenciatura Dança Educativa, técnico de Animação Sociocultural/ trabalho conta própria, união de facto, casa própria, paternidade, classe popular, transição antecipada

Quase no sentido inverso, foram as raparigas quem mais reconheceu, no conjunto dos entrevistados, as dificuldades na conjugação dos papéis que lhe são cometidos socialmente, deixando antever intenções de maternidade tardia.

Para uma mulher que trabalhe e que queira ter uma profissão e seguir a sua vocação profissional, que queira sempre mais, não vai pensar em ter filhos tão cedo.

Ana, 23 anos, portuguesa, licenciatura História Moderna e Contemporânea, administrativa em hospital público/ contrato a prazo, solteira, classe popular, transição precária

Tou muito mais receptiva a uma adopção (...) costume ver nas nossas Igrejas alguns missionários adoptam crianças (...) o meu marido concorda mas também não me vejo já a ser mãe (...) talvez daqui a seis anos (...) se for preciso ficar em casa p'ra cuidar dos filhos...não tenho problemas em sair do trabalho e ficar (...) eu estou disposta a ficar em casa p'ra dar uma boa educação.

Teresa, 22 anos, descendente de imigrantes angolanos, licenciatura em Sociologia em curso, estudante, casada, casa própria, classe popular, transição antecipada

Nos dois casos de transição para a vida adulta *antecipada* com registo de paternidade, a hipótese levantada, de que ***a inserção profissional antecede a paternidade***, confirma-se. Porém, deverá considerar-se que, estes dois jovens, detêm percursos escolares de nível equivalente ao ensino secundário, tendo transitado para o mercado de trabalho entre os 16 e os 18 anos de idade. Relembrando as dinâmicas familiares contemporâneas e as atribuições simbólicas à família, em particular, e face à ausência de “etapas” linearmente percorridas pelos jovens, a parentalidade precoce, isolada da conjugalidade, pode verificar-se antes de ocorrer a inserção profissional.

4.5 Futuros em aberto

Questionados quanto à construção dos seus projectos, os jovens entrevistados projectaram as suas expectativas e partilharam a sua visão, quanto ao que gostariam de ver concretizado. O denominador comum em todas as respostas assentou na dimensão do emprego, já que sem essa garantia financeira não poderão materializar os seus desejos.

Mas também a vida não dá, neste momento é a tal coisa, fazer projectos, pensar no futuro, torna-se complicado (...) a minha previsão continua a ser dentro da minha área e eu continuo a enviar currículos, eu agora até ando a ver lá para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e tudo...não

abriram concursos, é mais por conhecimento, ver se quando é que abrem, como funciona, saber as coisas mais por dentro porque por fora...

Ana, 23 anos, portuguesa, licenciatura História Moderna e Contemporânea, administrativa em hospital público/ contrato a prazo, solteira, classe popular, transição precária

Vejo-me no futuro continuar a fazer sempre expressão artística mas ser remunerado por isso. Agora o que eu penso é mesmo...trabalhar com as pessoas de quem eu gosto...passa pela criação da minha própria empresa.

Rui, 24 anos, português, licenciatura Design Gráfico em curso, estudante/biscates, solteiro, classe popular, transição lúdica

Eu espero...daqui a um mês, dois meses já estar a trabalhar, daqui a dois anos ter concluído a minha pós-graduação e o meu mestrado, não...não sou uma pessoa que queira muito mais (...) não me importo com um ordenado de 1.000€ mas também sei que é influenciado porque nunca trabalhei, não tenho noção de quanto se ganha mas...quero trabalhar. (...) Mas quero mesmo daqui a dois anos, três, ter mestrado e pós-graduação e estar numa boa empresa a trabalhar, num bom emprego.

Teresa, 22 anos, descendente de imigrantes angolanos, licenciatura em Sociologia em curso, estudante, casada, casa própria, classe popular, transição antecipada

Coexistem, também, expectativas “optimistas” (Mateus, 2002) quanto à concretização dos projectos pessoais desejados, antevendo inserções futuras que, presentemente, poderão não fazer prever essa coincidência.

O meu sonho é ser jogador de futebol...ter a minha casa...nem preciso ser jogador de futebol, basta ter o meu trabalho, o meu carro...a minha namorada...já tinha a vida feita e tava-se bem, né?

António, 17 anos, português, descendente de pais dos PALOP's, 7º ano, abandono escolar, desempregado, solteiro, classe popular, transição precária

Quero acabar primeiro a universidade (...) e tentar integrar um bom emprego que me dê condições (...) ter um bom ordenado...tipo...6.000 euros, 5.000...de início (...) Estou confiante, estou (...) acho que vai correr tudo bem e vou conseguir.

Tiago, 19 anos, guineense, 12º ano incompleto, estudante, solteiro, classe popular, transição progressiva

5. Considerações finais

A conclusão de uma investigação pode, eventualmente, constituir-se enquanto ponto de partida para outros exercícios. Nesta fase, não se pretende criar novas orientações empíricas. O que releva, agora, é a possibilidade de retomar, brevemente, um conjunto de preocupações e evidências caracterizadas nas etapas anteriores, com vista à sua conclusão. É chegado, pois, o momento de reflexão sobre as aprendizagens, escolhas e hesitações que vincaram o percurso desta tese.

O fenómeno da transição para a vida adulta é transversal ao conjunto dos actores sociais.

Nas gerações anteriores, os “pais”, antes de atingirem a “idade adulta”, tinham já concluído os seus estudos e iniciado a vida profissional (muitos aos 12 anos, ou antes). Este momento correspondia à entrada na vida activa, significando uma longa carreira profissional que apenas terminaria com a reforma; simultaneamente, abandonavam a casa da família de origem com o casamento ou coabitação, sendo estas etapas anteriores ao nascimento dos filhos (Almeida et al., 2003). Actualmente, o processo de transição para a vida adulta não se desenrola por estas etapas; é, aliás, um processo ausente de etapas, não existindo uma linearidade de acontecimentos, mas, sim, um “fazer pela vida” (Pais, 2001; 2003), podendo os diferentes acontecimentos suceder-se ou não por essa “ordem”. Pela sua desconstrução, nos domínios anteriormente caracterizados, foi possível reconhecer que a passagem para a vida adulta adquire, para a actual geração de jovens, uma “especial” significação, assumindo-se como um processo social complexo.

Ao longo deste trabalho, a abordagem do conceito de “trajectória juvenil” implicou a conceptualização de outras vivências, nomeadamente as que dizem respeito à esfera familiar, escolar e profissional, entrecruzando-as: as trajetórias familiares cruzam-se com as escolares; as escolares com as profissionais; as profissionais com as orientações face à criação de uma nova família; as profissionais podem, eventualmente, voltar a cruzar-se com as escolares. Ou seja, a análise das “trajetórias juvenis”, aqui proposta, considerou os múltiplos sentidos e interligações que as trajetórias familiares, escolares e profissionais podem assumir. E assim, partindo da relação entre essas trajetórias, foi possível identificar e caracterizar os percursos de transição para a vida adulta destes jovens do concelho de Loures.

Como foi já referido, os movimentos de transição juvenil para a fase adulta não obedecem, efectivamente, a padrões estandardizados ou, sequer, sequenciais, de concretização. Desta forma, a análise dos trajectos de transição para a vida adulta deve reflectir a interligação sistemática entre as diferentes trajectórias juvenis: o regresso à escola após a integração no mercado de trabalho; a saída adiada de casa dos pais; o prolongamento das trajectórias escolares e o desemprego; o retorno a casa dos pais motivado por uma situação de precariedade profissional ou de ruptura conjugal; com estes exemplos, reforça-se a necessidade metodológica em interligar as diferentes trajectórias numa análise dos processos de transição para a vida adulta.

Enquanto instância de socialização (secundária), a escola incute, nos seus actores, princípios como a perseverança, organização, esforço, obediência, responsabilidade, pressupondo a sua aplicação no acesso ao mercado de trabalho. Existem jovens, no entanto, que optam por outras lógicas, as do “desenrascanço”, crendo em formas de “sucesso” praticadas no “terreno da marginalidade” (Pais, 2001).

Na análise destes movimentos, verificou-se que as trajectórias escolares dos dezasseis jovens de Loures são o resultado das suas origens sociais: os alunos provenientes de classes sociais mais favorecidas apresentam percursos académicos mais prolongados, comparativamente aos jovens com origens em classes mais desfavorecidas. Estes resultados são mais evidentes se considerarmos as desigualdades territoriais, em que os jovens residentes em bairros camarários, abrangidos pelo PER (Plano Especial de Realojamento), apresentam índices de escolaridade muito reduzidos e abandonam o sistema de ensino precocemente – a maioria. Estes jovens não reconhecem a importância social das certificações escolares, optando pelo “saber fazendo” e pelas aprendizagens quotidianas, no bairro, com os amigos. Paralelamente, incorrem em condutas desviantes, sobrevalorizando as retomas financeiras imediatas em detrimento da estabilidade num qualquer emprego formal.

Os jovens que têm trajectos escolares mais prolongados, atribuem um elevado valor social aos diplomas escolares: neste conjunto, tanto os que já iniciaram a vida profissional como os que ainda estudam, projectaram – e projectam – as primeiras experiências profissionais com o final do percurso académico, esperando fazer coincidir a saída de casa dos pais e a autonomia financeira com esse momento.

Destes jovens, alguns estão já inseridos no mercado de trabalho, mas muito poucos abandonaram a casa da família de origem; a maioria, aliás, revela alguma frustração por ainda viver a cargo dos pais. Qualificados, trabalham com vínculos precários e desempenham funções cujos requisitos são inferiores aos que possuem. Por viverem num quadro de incertezas, vão adiando a concretização de alguns projectos pessoais, como a compra de habitação e a constituição de uma nova família.

Desta forma, também as inserções profissionais dependem da classe social de origem.

Os jovens menos qualificados vão alternando entre o desemprego e pequenos biscates “não declarados”, evitando a cessação dos respectivos subsídios de desemprego. As suas perspectivas quanto ao futuro profissional remetem-nos, obrigatoriamente, para o presente, não deixando anteciper um desfecho muito diferente do que é quotidianamente desenhado: sem grandes expectativas e “logo se vê”. Mais optimistas, os mais novos vão acreditando que, no futuro, terão uma vida diferente, financeiramente melhor. No entanto, reconhecem que, com baixas qualificações escolares, ser-lhe-á mais difícil o acesso a uma profissão bem-remunerada e com a estabilidade social pretendida. Estes jovens revelam consciência dos constrangimentos decorrentes das suas posições sociais, verificando a existência de probabilidades diferenciadas de realização das aspirações profissionais, em função das trajectórias escolares. Entendemos, pois, que estes jovens desenvolvem projectos descoincidentes com os seus reais trajectos, reproduzindo a condição social de origem.

Para os mais qualificados, os diplomas escolares também não significam uma inserção profissional facilitada, circulando na precariedade e nos baixos rendimentos. Nestes casos, também as origens sociais justificam as escolhas escolares, nomeadamente a opção do curso superior e as “desigualdades na universidade”, com as respectivas repercussões no acesso ao mercado de trabalho (Almeida et al., 2003).

Assinale-se, porém, que todos os entrevistados apresentam índices habilitacionais superiores aos dos seus pais; muito embora possam evidenciar reflexos inerentes às condições iniciais das famílias de origem, todos estudaram até mais tarde. Desta forma, alguns entendem o prolongamento das trajectórias escolares como possibilidade de mobilidade social.

Relacionando as trajetórias escolares e profissionais com as familiares, verifica-se que as orientações face à constituição de uma nova família estão, particularmente, dependentes da estabilidade profissional. Todos referem que a concretização dessas expectativas depende, mais tarde ou mais cedo, do futuro profissional.

No conjunto destes dezasseis jovens, apenas um optou pelo casamento (religioso); embora existam intenções quanto à formação de um novo ciclo familiar através do casamento, a maioria considera, apenas, a coabitação para início de um “vida a dois”. Verifica-se, pois, a opção por formas alternativas, não institucionalizadas, de viver a conjugalidade.

Relativamente à parentalidade, os dois casos analisados configuram situações de “parentalidade precoce”; este facto, no entanto, não implicou, para um deles, a saída de casa dos pais, uma vez que ainda está a cargo da família de origem, e o outro, a viver em coabitação com a actual companheira, ilustra a opção pela monoparentalidade.

Há duas décadas, a opção conjugal da maioria dos jovens do concelho de Loures assentava na celebração do casamento pela igreja (35%); as uniões de facto eram entendidas, apenas para uma minoria (7%) como o “viver junto sem casar”, e para 19%, o “viver junto antes de casar” (A.A.V.V., 1996).

Hoje em dia, reconhecem-se novas composições da “família conjugal moderna” (Torres, 2001; 2002): para alguns dos jovens entrevistados, já não é o casamento que funda a família, privilegiando a “relação amorosa” à contratualização desse vínculo. Muito embora a maioria continue a pretender o “pacote familiar” com o casamento (Guerreiro e Abrantes, 2005; 2007), alguns destes jovens escolhem a união de facto. As raparigas entrevistadas reiteram, também, o princípio da maternidade tardia, justificando esta opção pelas ambições profissionais que têm, aguardando, forçosamente, pela estabilidade das condições de trabalho.

No quadro das diferentes sequências que as trajetórias juvenis podem assumir, no processo de transição para a vida adulta, importa agora retomar, detalhadamente, os percursos destes jovens do concelho de Loures. Muito para além da caracterização do tipo de transição associado a cada

um deles¹⁵, é necessário, pois, concluir a sequencialidade das respectivas trajectórias (e expectativas) escolares, familiares e profissionais.

Pedro (27 anos) - *transição profissional*

educação → emprego → prolongamento da dependência da família de origem → intenção novo ciclo familiar: conjugalidade → educação → parentalidade adiada

Com uma trajectória escolar prolongada e ainda a cargo da família de origem, Pedro revela intenções de constituição de um novo ciclo familiar, pretendendo o casamento a curto prazo. Em virtude de um mercado de trabalho mais competitivo, perspectiva o regresso à escola para aquisição de novas competências, com uma pós-graduação ou mestrado.

Rui (24 anos) – *transição lúdica*

educação → dependência da família de origem → emprego → novo ciclo familiar adiado

Ainda a estudar, Rui privilegia as sociabilidades e os consumos às aprendizagens escolares. Apesar dos “biscates” que vai concretizando, projecta o primeiro emprego para quando concluir a licenciatura em curso. Dependente da família de origem, pretende constituir um novo ciclo familiar, mas a longo prazo.

Madalena (23 anos) – *transição progressiva*

educação → dependência da família de origem → emprego → educação → novo ciclo familiar adiado

Esta jovem, no último ano da licenciatura, recebe a transição para o mercado de trabalho. Considera, pois, que com o início de uma profissão se aproxima a saída de casa dos pais. Assim,

¹⁵ ver pág. 41 e seguintes

projecta o regresso à escola, motivado por um mercado de trabalho competitivo, mas também pela possibilidade justificada de dependência prolongada da família de origem. Não apresenta planos para um novo ciclo familiar, pelo menos a curto prazo, e a concretizar-se será através da união de facto.

Catarina (24 anos) – *transição progressiva*

educação → emprego → educação → dependência da família de origem → conjugalidade a curto prazo → maternidade adiada

Acumulando um emprego com a escola, Catarina ainda está a cargo da família. Prestes a terminar a licenciatura, apresenta planos a curto prazo para saída de casa dos pais, compra de habitação e início de um novo ciclo familiar, com o casamento. A sua principal orientação, porém, é a de encontrar um emprego na área de formação. A maternidade assume-se como um projecto adiado.

Carlos (29 anos) – *transição antecipada*

educação → emprego → início de um novo ciclo familiar: paternidade (precoce) → saída de casa dos pais → conjugalidade (união de facto) → dependência económica família de origem (pontual)

Sendo um dos jovens que foi pai “precocemente”, Carlos vive em coabitação com a actual companheira, e a filha mora com a mãe, na Holanda. Ainda que revele experiências de trabalho desde os 16 anos, a passagem para o mercado de trabalho coincidiu com o abandono da universidade, trabalhando actualmente por conta própria. Tendo já iniciado um novo ciclo familiar, este jovem indica necessidade pontual do apoio financeiro dos pais.

João (20 anos) – *transição precária*

educação → abandono escolar precoce → desemprego → dependência familiar de origem → “biscates” → novo ciclo familiar adiado

Com baixas qualificações escolares, João está desempregado, circulando entre “biscates”. Ainda a viver em casa da família de origem, não define planos para a constituição de um novo ciclo familiar, sendo a sua principal orientação encontrar um “trabalho”.

António (17 anos) – *transição precária*

educação → abandono escolar precoce → desemprego → dependência familiar de origem → biscates → novo ciclo familiar adiado

Também com um índice escolar muito baixo, António encontrava-se à procura de emprego, na altura da entrevista. Vive com os pais e não apresenta intenção quanto a um novo ciclo familiar.

Filipe (26 anos) – *transição precária*

educação → abandono escolar precoce → emprego estável → desemprego → dependência da família de origem → biscates → conjugalidade adiada

Muito embora não apresente um nível elevado de escolaridade, Filipe usufruiu de um emprego estável, do qual prescindiu por “estar cansado”. Actualmente, está desempregado e a viver em casa dos pais, sendo chamado, pontualmente, para alguns “biscates”. Muito embora gostasse de constituir um novo ciclo familiar, reconhece não reunir as condições necessárias.

André (17 anos) – transição progressiva

educação → dependência da família de origem → emprego → novo ciclo familiar

Sem qualquer experiência de trabalho e apenas a estudar, André vive em casa dos pais e projecta o primeiro emprego para quando finalizar a trajectória escolar. Só após esse momento, pensa na constituição de uma nova família.

Bruno (20 anos) – transição antecipada

educação → novo ciclo familiar: paternidade (precoce) → emprego → prolongamento da dependência da família de origem → intenção saída de casa dos pais → intenção conjugalidade (união de facto)

Tendo já iniciado um novo ciclo familiar com a paternidade “precoce”, Bruno está já inserido no mercado de trabalho. Ainda a cargo da família de origem, aguarda uma maior estabilidade profissional para aquisição de habitação própria, pretendendo nesse momento alicerçar o ciclo familiar já iniciado, passando a viver com a namorada e com o filho. Assim, a curto prazo, prevê a saída de casa dos pais e um novo ciclo conjugal, com a união de facto.

Francisco (18 anos) – transição precária

educação → abandono escolar precoce → dependência família de origem → desemprego → novo ciclo familiar adiado

Com um baixo grau de escolaridade, Francisco abandonou precocemente a escola e estava, no momento da entrevista, desempregado. Vivendo com os pais, adia as intenções na constituição de um novo ciclo familiar.

Manuel (30 anos) – *transição desestruturante*

infância institucionalizada → educação → abandono escolar precoce → emprego → desemprego → emprego → conduta desviante → sem intenções de novo ciclo familiar

Abandonado pelos pais e com uma infância institucionalizada, Manuel abandonou precocemente o sistema de ensino, tendo um baixo índice escolar. Alternando entre situações de emprego desqualificado e desemprego, optou por uma conduta desviante, entendendo-a como a solução financeira para os seus problemas. Não pretende constituir uma nova família.

Tiago (19 anos) – *transição progressiva*

educação → dependência familiar de origem → intenções emprego → novo ciclo familiar adiado

Apenas a estudar e sem qualquer experiência de trabalho, projecta num percurso escolar prolongado maiores probabilidades de mobilidade social. A escolha do curso superior foi feita segundo este princípio, avaliando previamente os níveis de empregabilidade. Só após a conclusão da trajectória escolar é que Tiago prevê a inserção profissional e, **consequentemente, a constituição de um novo ciclo familiar,**

Eduardo (18 anos) – *transição progressiva*

educação → dependência da família de origem → intenções emprego → novo ciclo familiar adiado

Eduardo apenas considera a transição para o mercado de trabalho quando concluir o ensino superior. Vivendo com pais, pretende a constituição de uma nova família, elegendo o casamento religioso, quando estiver assegurada a estabilidade profissional e financeira.

Ana (23 anos) – *transição precária*

educação → emprego → dependência da família de origem → novo ciclo familiar adiado

Com um percurso escolar longo, Ana está inserida no mercado de trabalho. Em virtude da precariedade profissional e dos baixos rendimentos, ainda vive com a família de origem. Apesar da intenção na saída de casa dos pais e no casamento, vai adiando esses projectos por não estarem reunidos os elementos que a possibilitem.

Teresa (22 anos) – *transição antecipada*

educação → novo ciclo familiar → responsabilidade familiar → educação → emprego → maternidade adiada

Ainda a estudar, Teresa já iniciou um novo ciclo familiar com o casamento (religioso). Muito embora tenha tido experiências de trabalho nas férias escolares, desde há três anos, prevê a inserção profissional quando terminar a licenciatura. Por não se sentir preparada, vai adiando a maternidade, não pondo de parte a ideia de, quando acontecer, se dedicar exclusivamente aos filhos e às tarefas domésticas, reproduzindo o exemplo da sua mãe.

Apesar de terem orientações distintas quanto ao futuro, todos os jovens manifestaram preocupações no domínio do emprego. De facto, é o desempenho de uma actividade remunerada que permite o acesso simbólico (e material) à fase adulta. É a partir da estabilidade profissional que estes jovens projectam as suas expectativas e, assim sendo, as trajectórias familiares dependem das trajectórias profissionais. Se os seus percursos profissionais são marcados pela transitoriedade e aleatoriedade, o mais provável é que as suas trajectórias de vida também o sejam.

A densidade deste trabalho deve-se, de facto, à diversidade biográfica de cada um dos entrevistados. Atribui-se este enriquecimento académico à opção pelo método intensivo e à constituição de uma amostra intencional; desta forma, através da análise qualitativa das trajectórias de jovens do concelho de Loures, foi possível obter-se uma melhor compreensão das respectivas práticas sociais e expectativas quanto ao futuro. Reitera-se que esta análise não é extrapolável para o universo juvenil, assumindo-se as limitações ao nível da sua representatividade sociológica e exaustividade; ganhou, porém, em profundidade.

Saliente-se, também, o desequilíbrio do número de rapazes e raparigas entrevistados. Se, no decurso do momento da recolha de informação empírica, não parece ter constituído problema, na verdade, e na altura do tratamento dos dados, verificou-se a existência de um número significativamente maior de rapazes do que raparigas. Naturalmente que a ideia de “deslize” metodológico pesou, uma vez que (mesmo não estando inicialmente pensada) poder-se-ia incorrer numa abordagem ao fenómeno da transição para a vida adulta em função do género. Contudo, o objectivo inicial foi cumprido: foram analisadas trajectórias juvenis o mais diversificadas possível. Esta diversidade permitiu, assim, uma abordagem das origens sociais de cada um destes jovens, das respectivas trajectórias escolares e profissionais, caracterizando cada um destes percursos. Esta questão ganha importância já que é considerada num concelho como o de Loures, com uma elevada diversidade social e cultural.

Conclusivamente, na passagem para a vida adulta, podem identificar-se, esquematicamente, quatro principais acontecimentos: a conclusão dos estudos, a entrada no mercado de trabalho, a saída de casa dos pais e a formação de uma nova família. Procurando responder à questão inicialmente colocada, a forma como estes acontecimentos se sucedem, nos percursos juvenis, tende a complexificar-se e a assumir diversas variações. Assim, conclui-se que os trajectos de transição para a vida adulta de jovens do concelho de Loures não são lineares, e não percorrem etapas simbolicamente constituídas. Estes jovens vão vivendo estes acontecimentos de acordo com os recursos de que dispõem, tentando planear as sequências que os mesmos podem assumir, ainda que no campo da imprevisibilidade e dos futuros (in)certos.

De facto, não existe uma idade associada à transição para a condição adulta. Talvez seja mais fácil deixar de se ser jovem quando “se casa do que quando se obtém trabalho, quando se abandona a escola, ou quando se deixa de viver em casa dos pais”. (Pais, 2003).

6. Referências Bibliográficas

A.A.V.V. (1996); *Jovens de hoje e de aqui*; Câmara Municipal de Loures

ABRANTES, Pedro (2003); *Os sentidos da escola. Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade*, Oeiras, Celta

ABRANTES, Pedro (2003a); Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade; *Sociologia Problemas e Práticas*, nº41; CIES; ISCTE

ALMEIDA, João Ferreira (1994); *Introdução à sociologia*; Universidade Aberta

ALMEIDA, João Ferreira e José Madureira Pinto (1995); *A investigação nas ciências sociais*; Lisboa, Editorial Presença

ALMEIDA, João Ferreira, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana da Cruz Martins e Rosário Mauritti (2003); *Diversidade na universidade – um inquérito aos estudantes de licenciatura*; Instituto Português da Juventude

BARDIN, Laurence (1988); *Análise de conteúdo*; Lisboa, Edições 70

BENAVENTE, Ana, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Manuela Castro Neves (1991); *Do outro lado da escola*; Lisboa, Editorial Teorema

BENAVENTE, Ana, Jean Campiche, Teresa Seabra, João Sebastião (1994); *Renunciar à escola. O abandono escolar no ensino básico*; Lisboa, Fim de Século Edições

BOURDIEU, Pierre (1979); *La distinction – critique sociale du jugement*; Paris, Les Editions de Minuit

BOURDIEU, Pierre (2001); *O poder simbólico*; Algés, DIFEL

CABRAL, Manuel Villaverde e José Machado Pais (1998); *Jovens portuguesas de hoje*; Secretaria de Estado da Juventude; CELTA

COSTA, António Firmino da, et al. (2000); “Classes sociais na Europa”; *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº34; CIES: ISCTE

COSTA, António Firmino da (2008); *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural* (2ª ed.); Oeiras, Celta Editora

FERREIRA, Vítor Sérgio (2006); *A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio: um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais 1990-2005*; Lisboa, Instituto Português da Juventude

GIDDENS, Anthony (1996); *Transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*; Oeiras, Celta

GIDDENS, Anthony (2002); *O mundo na era da globalização*; Lisboa, Editorial Presença

GIDDENS, Anthony (2007); *A Europa na era global*; Lisboa, Editorial Presença

GUERREIRO, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2005); “Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 20, nº58, S. Paulo, Brasil – www.scielo.br

GUERREIRO, Maria das Dores e Elsa Pegado (2006); *Os jovens e o mercado de trabalho. Caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas*; Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento; Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Lisboa

GUERREIRO, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2007); *Transições incertas – os jovens perante o trabalho e a família*; Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; Lisboa

LOPES, João Teixeira (1997); *Tristes escolas – práticas culturais estudantis no espaço Escolar urbano*; Edições Afrontamento

MACHADO, Fernando Luís, António Firmino da Costa (1998); “Processos de uma modernidade inacabada - mudanças estruturais e mobilidade social”; in José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*; Oeiras, Celta

MACHADO, Fernando Luís (2002); *Contrastes e continuidades – migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*; Oeiras, Celta

MACHADO, Fernando Luís, Ana Raquel Matias e Sofia Leal (2005); “Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos”; *Análise Social*, Volume XL (176)

MATEUS, Sandra (2002); “Futuros prováveis: um olhar sociológico sobre os projectos de futuro no 9º ano”; *Sociologia, Problemas e Práticas*; nº 39; CIES; ISCTE

MORIN, Edgar; Ilya Prigogine (1996); *A sociedade em busca de valores – para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*; Epistemologia e Sociedade; Lisboa, Instituto Piaget

PAIS, José Machado (1996); “Pesquisas sobre a juventude portuguesa”; *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº21; CIES, ISCTE

PAIS, José Machado (2001); *Ganchos, tachos e biscates – jovens, trabalho e futuro*; Porto, Âmbar

PAIS, José Machado (2002); *Sociologia da vida quotidiana. Teorias, métodos e estudos de caso*; Instituto de Ciências Sociais; ISCTE

PAIS, José Machado (2003); *Culturas juvenis*; Temas Portugueses; Imprensa Nacional-Casa da Moeda

PAIS, José Machado e Leila Maria Blass (2004); *Tribos urbanas – produção artística e identidades*; Instituto de Ciências Sociais

PAIS, José Machado (2005); *Traços e riscos de vida – uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*; Âmbar; Porto

SARACENO, Chiara (1995); *Sociologia da família*; Imprensa Universitária; Lisboa, Editorial Estampa

SEBASTIÃO, João (1998); “Os dilemas da escolaridade – universalização, diversidade e inovação”; in José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que modernidade?*; Oeiras, Celta

SILVA, Augusto Santos e José Madureira Pinto (1986); *Metodologia das ciências sociais*; Porto, Edições Afrontamento

TOURAINÉ, Alain (1992); *Crítica da modernidade*; Colecção Epistemologia e Sociedade; Lisboa, Instituto Piaget

TORRES, Anália (1996); *Divórcio em Portugal. Ditos e interditos*; Oeiras, Celta

TORRES, Anália (2001); *Sociologia do casamento. A família e a questão feminina*; Oeiras, Celta

TORRES, Anália (2002); “Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos”; *in Famílias; Análise Social* nº163; Lisboa, Instituto de Ciências Sociais

QUIVY, Raymond e LucVan Campenhoudt (1992); *Manual de investigação em ciências sociais*; Gradiva

VASCONCELOS, Pedro (2002); “Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe”; *Análise Social*; nº163; CIES; ISCTE

WALL, Karin (2002); “Famílias”; *Análise Social* Vol. XXXVII (163)

www.ine.pt